

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	1
Rubrica	

<b>“E D I T A L”</b>	
<b>Pregão Eletrônico n.º 90009/2026</b>	
<b>P R E Â M B U L O</b>	
<b>Processo n.º</b>	5905/2025
<b>Fundamento Legal:</b>	Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações conforme Decreto Federal 12.807/2025, Decretos Municipais nº 881/2022, 882/2022, 914/2022, 921/2022, 922/2022, 078/25 e suas alterações.
<b>Objeto:</b>	Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Implantação, Conservação e Gestão de Serviços de Jardinagem e Paisagismo nos Canteiros ao longo da Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106) no Município de Maricá – RJ
<b>Critério de Julgamento:</b>	Menor Preço Global
<b>Execução:</b>	Empreitada por preço unitário
<b>Modo de Disputa</b>	Aberto
<b>Data:</b>	05/05/2026
<b>Horário:</b>	9h
<b>Local de Realização:</b>	<a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	2
Rubrica	

## 1. INTRODUÇÃO

1.1 – A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE OBRAS DE MARICÁ - SOMAR, por meio da Diretoria Operacional de Parques e Jardins, torna público que fará realizar licitação, autorizados através da Portaria SOMAR nº 479/2025, sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, pelo critério de julgamento Menor Preço Global para Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Implantação, Conservação e Gestão de Serviços de Jardinagem e Paisagismo nos Canteiros ao longo da Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106) no Município de Maricá – RJ, devidamente descritos, caracterizados e especificados neste Edital e/ou no Projeto Básico, na forma da lei.

1.2 – A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações conforme Decreto Federal 12.807/2025 e pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, e pelos Decretos Municipais nº 881/2022, 882/2022, 914/2022, 921/2022, 922/2022 e 078/2025, suas alterações que constam nos Decretos Municipais 1.235/23 e 1.340/24, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.3 – A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema **COMPRASGOV**, disponibilizado e processado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras), mantido pelo Governo Federal, e regulamentado pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, antes da data determinada para a realização do Pregão Eletrônico.

1.4 – As retificações do Edital obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530

Tel.: (21) 99812-5224

E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)

Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	3
Rubrica	

1.5 – A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito à indenização por estes motivos, nos termos do artigo 71, inciso II e §2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6 – As licitantes interessadas poderão obter o presente Edital e seus anexos no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras), através do Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Maricá: <https://www.marica.rj.gov.br/transparencia/> ou pelo e-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com).

1.7 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados a pregoeira, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com).

1.7.1 – A pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

1.8 – Os interessados poderão formular impugnações até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com).

1.8.1 – Caberá a pregoeira, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

1.8.2 – Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

1.9 – A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão de **Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530**  
**Tel.: (21) 99812-5224**  
**E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)**  
**Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)**

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	4
Rubrica	

recebimento das propostas será realizada nos prazos indicados nos itens 1.7.1. ou 1.8.1., conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pela Pregoeira a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

## 2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

2.1 – Autorização da SOMAR, conforme Lei Complementar nº 306/2018 e art. 3º c/c o Decreto Municipal nº 078/2025, constante do **Processo Administrativo nº 5905/2025 de 12/03/2025 às fls. 351.**

## 3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

3.1 – No dia 05 de maio de 2026, às 9h, a Pregoeira iniciará a sessão pública do **PREGÃO ELETRÔNICO PE Nº 90009/2026**, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras Públicas).

3.2 – No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pela Pregoeira a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

## 4. OBJETO

4.1 – O objeto da presente licitação é a **Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Implantação, Conservação e Gestão de Serviços de Jardinagem e Paisagismo nos Canteiros ao longo da Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106) no Município de Maricá – RJ**, conforme as especificações constantes deste Edital e/ou do Projeto Básico.

## 5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – Os recursos necessários à contratação do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	5
Rubrica	

## SOMAR

**PROGRAMA DE TRABALHO: 63.01.15.452.0130.2.422**

**CÓDIGO/NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39;**

**FONTE DE RECURSO: 500; 704; 705**

5.2 – O demonstrativo contendo a estimativa prevista encontra-se no Anexo I, totalizando a importância de **R\$ 19.207.791,28 (dezenove milhões, duzentos e sete mil, setecentos e noventa e um reais e vinte e oito centavos)**.

## 6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1 – O critério de julgamento da presente licitação é o **Menor Preço Global**.

## 7. PRAZOS

7.1 – O prazo do contrato será de **12 (doze) meses** contados a partir da assinatura do contrato, conforme Projeto Básico.

7.2 – O prazo de execução poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2.1– No caso de serviços contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 106 e 107, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.

7.3 – A entrega/execução do(s) serviço(s) que é(são) objeto do presente Edital deverá ocorrer no prazo e nas condições previstas no Projeto Básico ou em documento próprio de autorização de fornecimento a ser expedido pela SOMAR.

7.4 – O prazo de garantia convencional por conta da CONTRATADA será aquela constante no manual do fabricante e legislação, na forma do Projeto Básico, sem prejuízo da garantia legal de adequação do produto.

**Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530**

**Tel.: (21) 99812-5224**

**E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)**

**Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)**

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	6
Rubrica	

7.5 – As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por **90 (noventa) dias**, contados da data da realização da licitação, prorrogável a pedido da Administração, na forma do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

7.6 – Decorrido o prazo consignado no item anterior sem que tenha havido convocação para assinatura termo de contrato ou retirada do instrumento equivalente, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.

### **7.7.5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.7.5.1 Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

A. **Os serviços serão recebidos provisoriamente**, no prazo de **15 (quinze) dias** pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme o Projeto Básico (**anexo III**);

B. **Os serviços serão recebidos definitivamente**, no prazo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, conforme Projeto Básico (**anexo III**).

7.7.5.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

7.7.5.3 O(s) serviço(s) entregue(s)/executado(s) que apresentar defeito, vício, se revelar inadequado ou em desacordo com as especificações deverá ser substituído no prazo de **15 (quinze) dias** para vícios de habitabilidade e acabamento e **30 (trinta) dias** para vícios de solidez e segurança, após notificação da Diretoria Operacional de Parques e Jardins.

7.8 O prazo de entrega do objeto poderá ser prorrogado, conforme necessidade e diante da autorização da Diretoria Requisitante.

**Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530**

**Tel.: (21) 99812-5224**

**E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)**

**Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)**

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	7
Rubrica	

7.9 - O objeto ora licitado deverá ser entregue/executado, de forma parcelada, conforme solicitação da Diretoria Operacional de Parques e Jardins, nos endereços designados por esta diretoria, dentro dos limites do Município de Maricá/RJ, conforme Projeto Básico (**anexo III**).

7.9.1 - O prazo máximo para entrega do produto a ser adquirido será de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação formulada pela Diretoria requisitante.

## 8. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1 – Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja credenciado junto ao Provedor do Sistema (<https://www.gov.br/compras/pt-br>)

8.2 – Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

8.3 – A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistem qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo ao Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos bens que cotar.

8.4 – A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

8.5 – Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.

8.6 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530

Tel.: (21) 99812-5224

E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)

Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)



SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	8
Rubrica	

8.7 – Não serão admitidas nesta licitação as empresas impedidas de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, assim como as empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido apenados com proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações posteriores.

8.8 – Não será permitida a participação de sociedades cooperativas, de acordo com o **Projeto Básico (anexo III)**.

8.9 – Não será admitida a participação de empresas em consórcio, conforme **Projeto Básico (anexo III)**.

8.10 – As operações societárias promovidas pela empresa licitante ou contratada deverão ser submetidas à prévia aprovação da SOMAR, para verificação de suas implicações com o objeto do Contrato, que poderá ser rescindindo em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

8.11 – Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação. Será vedada também a participação de licitantes que possuam em seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito.

8.12 – Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Projeto Básico.

8.13 – Não será permitida a participação de licitantes que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do



SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	9
Rubrica	

contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

8.14 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.15 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

8.16 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma prevista no art. 70, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.16.1 – A empresa estrangeira deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

8.17 – Aplicar-se-á a norma prevista pelo **art. 49, III, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, não sendo concedido tratamento diferenciado às microempresas ou empresas de pequeno porte, pois ocorreria perda de economia de escala e, conseqüentemente, traria prejuízos à Administração Pública Municipal.

## **9. CREDENCIAMENTO**

9.1 – Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Fornecedor”, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	10
Rubrica	

9.1.1 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG – Sistema COMPRAS.GOV.

9.1.2 – O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

9.1.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

9.1.4 – É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou a entidade licitante, promotor da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.1.5 – A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

## **10. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DA DOCUMENTAÇÃO**

10.1 – Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública prevista no item 3.1.

10.1.1 – A etapa de que trata esse item será encerrada com a abertura da sessão pública.

10.1.2 – As propostas de preço serão ofertadas com base no **Menor Preço Global** do objeto licitado.

10.2 – As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas inseridas no sistema, até a abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário previstos no item 3.1.

**Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530**

**Tel.: (21) 99812-5224**

**E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)**

**Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)**

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	11
Rubrica	

10.2.1 – Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados após solicitação do anexo.

10.2.2 – Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pela licitante melhor classificada, em formato digital, após a convocação do anexo pela pregoeira.

10.2.3 – A pregoeira poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

10.2.4 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 10.2.3, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.2.5 – Não será estabelecida nesta etapa do certame ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização de procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

10.3 – No preço proposto serão computadas todas as despesas para a entrega/execução do(s) bem(ns)/ serviço(s), incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

10.3.1 – Os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	12
Rubrica	

vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.

10.4 – Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os bens.

10.5 – A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, quando solicitada a fazê-lo pela Pregoeira.

10.6 – As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A SOMAR, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

10.7 – Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## **11. FORMULAÇÃO DE LANCES E ABERTURA DAS PROPOSTAS**

11.1 – A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta automaticamente via sistema Compras.gov.

11.1.1 – As licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

11.1.2 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira e os licitantes.

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	13
Rubrica	

11.2 – A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico para os autores das propostas classificadas.

11.3 – Para a etapa de lances neste pregão eletrônico será adotado o modo de disputa **aberto**.

11.4 – Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

11.5 – As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação pertinentes.

11.5.1 – O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de **R\$ 0,01 (um centavo de real)** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

11.5.2 – Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.5.3 – Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

11.5.4 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pela Pregoeira, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas no item 25 deste edital.

11.6 – A etapa de envio de lances na sessão pública durará **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos dois últimos minutos do período de duração da sessão pública.

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	14
Rubrica	

11.6.1 – A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

11.6.2 – Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

11.6.3 – Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, a pregoeira poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

## **12. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

12.1 – Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do **menor valor global**, sendo considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa de lances do pregão eletrônico, tenha apresentado lance(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) para cada item na estimativa orçamentária (**anexo I**).

12.1.1 – Caso não venham a ser ofertados lances, será considerada vencedora a licitante que, ao final da etapa competitiva do pregão eletrônico, tenha apresentado proposta(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) para cada item na estimativa orçamentária (**anexo I**).

12.2 – A pregoeira poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada no sistema e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

12.3 – A pregoeira verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

12.4 – Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que contiverem vícios insanáveis;

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	15
Rubrica	

- c) que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
- e) que apresentarem desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do Edital;
- f) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- g) que por ação da licitante ofertante contenha elementos que permitam a sua identificação;
- h) que não tenha indicado a marca dos produtos cotados, caso seja exigida a marca na proposta detalhe;
- i) cujo objeto esteja desacompanhado da documentação técnica/certificação exigida no Projeto Básico.

12.4.1 – A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

12.4.2 - Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, a pregoeira poderá fixar às licitantes o prazo de **8 (oito) dias úteis** para apresentação de outras propostas, corrigida das causas de sua desclassificação.

12.5 – Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte em relação àquelas empresas que não detenham essa condição.

12.6 – Na hipótese de o disposto no item 12.6 não ser suficiente para solucionar o empate, serão observados, quanto às propostas em situação de empate, os demais critérios e preferências previstos no art. 60, *caput*, e §1º da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 22 do decreto Municipal nº 922/2022.

12.7 – Permanecendo o empate, o sistema **COMPRAS.GOV** realizará o sorteio.

12.8 – Após o encerramento das etapas anteriores, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante mais bem classificada para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas em edital.

**Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530**

**Tel.: (21) 99812-5224**

**E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)**

**Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)**



SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	16
Rubrica	

12.8.1 – A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.8.2 – Haverá um prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação da Pregoeira no sistema, para envio da proposta, e se necessário, dos documentos complementares, conforme o item 10.2.2, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

12.9 – A Pregoeira anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela Pregoeira acerca da aceitação da proposta ou do lance de menor valor.

12.10 – Nas hipóteses em que se configurarem preços inexequíveis, a pregoeira e sua Equipe de Apoio, por meio de diligência, poderão averiguar se a oferta da licitante é viável, dando-lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, serem os custos dos insumos coerentes com os de mercado e os coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto licitado.

12.11 – Encerradas as negociações e considerada aceitável a oferta de menor valor, passará a pregoeira ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:

a) A Pregoeira deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada suspensão de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração ou declarada inidônea.

b) A Pregoeira verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de menor valor, por meio de consulta *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará a documentação complementar descrita no item 13 deste edital;

c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 13 deste edital, A Pregoeira verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;

**Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530**

**Tel.: (21) 99812-5224**

**E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)**

**Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)**

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	17
Rubrica	

c.1) Essa verificação será registrada pela Pregoeira na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

d) A(s) licitante(s) deverá(ão) remeter sua documentação de habilitação após convocação do anexo pela Pregoeira. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos serão enviados em formato digital, via Sistema Compras.gov, observado o item 12.7.2.

e) A Pregoeira poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências com vistas ao saneamento que trata o item 10.2.3. A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada no sistema.

f) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

12.12 – Se a oferta não for aceitável, permanecendo acima do máximo estipulado para a contratação no item 5.2, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, A Pregoeira examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

12.12.1 – Na hipótese do art. 61, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, A Pregoeira, após negociar com os demais licitantes, na ordem de classificação, decidirá sobre a aceitabilidade das propostas e, em caso positivo, observará quanto à verificação e comprovação da habilitação, o procedimento previsto no item 13.

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	18
Rubrica	

12.13 – Da sessão, o sistema gerará termo de julgamento em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

### 13. HABILITAÇÃO

13.1 – O julgamento da habilitação se processará na forma prevista neste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

- (A) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- (B) Documentação relativa à habilitação econômico–financeira;
- (C) Documentação relativa à habilitação fiscal;
- (D) Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;
- (E) Documentação relativa à qualificação técnica.
- (F) Vistoria/ Vistoria Técnica
- (G) Declarações:

Anexo IV – Declaração de responsabilização Civil e administrativa

Anexo V - Declaração de Inexistência de nepotismo

Anexo VI - Declaração - art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021

Anexo VII - Declaração ref. ao emprego de menor

Anexo VIII - Declaração para fins de habilitação - art. 63, inciso i e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021

Anexo IX - Declaração de cumprimento de reserva de cargos do art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021

Anexo X - Declaração de cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho

Anexo XI – Indicação da localização das Instalações

Anexo XII – Modelo de Declaração de Visita

Anexo XIII - Modelo de Declaração de que recebeu todos os documentos e informações necessários para participar da licitação

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	19
Rubrica	

13.2 – Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

13.3 – Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

13.4 – A documentação exigida para atender as alíneas (A) à (D) poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e em sistemas semelhantes mantidos pelo Município.

13.5 – A pregoeira poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

13.5.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 13.5, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

#### **(A) – HABILITAÇÃO JURÍDICA**

(A.1) Registro comercial, no caso de empresário individual;

(A.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

(A.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

**Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530**

**Tel.: (21) 99812-5224**

**E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)**

**Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)**

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	20
Rubrica	

(A.3.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração.

(A.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

(A.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.6) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(A.7) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da condição de microempreendedor individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

(A.8) Declaração formal de que atende às disposições do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e de que não se enquadra nas vedações do artigo 9º do Decreto Municipal nº 921/2022, na forma do **anexo VI**.

## **(B) – HABILITAÇÃO ECONÔMICO–FINANCEIRA**

(B.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar:

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	21
Rubrica	

(B.1.a) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

(B.1.1) – A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado da autenticação eletrônica dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

(B.1.2) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

(B.1.2.1) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME nº 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

(B.1.2.2) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

**Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530**

**Tel.: (21) 99812-5224**

**E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)**

**Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)**

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	22
Rubrica	

(B.1.2.2.1) Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

(B.1.2.2.2) Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos no item B.1 limitar-se-ão ao último exercício.

(B.2) A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui, de forma não cumulativa, capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

(B.3) Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante. As licitantes sediadas em demais comarcas do Estado do Rio de Janeiro, que não a do Município de Maricá, ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

(B.3.1.) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

(B.4) Exige-se dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções



SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	23
Rubrica	

coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do **anexo VIII** do Edital.

### **(C) – HABILITAÇÃO FISCAL**

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria–Geral da Fazenda Nacional –PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

**Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530**

**Tel.: (21) 99812-5224**

**E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)**

**Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)**

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	24
Rubrica	

(C.4) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF–FGTS.

#### **(D) – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA**

(D.1) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, na forma do **anexo VII**, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei.

(D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

(D.3) Declaração de Reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, **anexo IX**.

#### **(E) – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

(E.1) – Declaração de que recebeu todos os documentos necessários para participar da licitação e de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, conforme **anexo XIII**;

(E.1.1) – Para fins de verificação dos atestados, serão observadas as datas de aberturas da ART ou RRT, data de emissão da CAT, prazos de execução, entre outros.

(E.1.2.) – Em casos de dúvidas, a Administração poderá solicitar à licitante cópia do Contrato, cópia da ART/RRT, e/ou originais, para fins de esclarecimentos.

(E.1.3.) – Em qualquer hipótese de subcontratação, o CONTRATANTE solicitará documentação complementar (contratos, atestados, etc) a respeito da qualificação técnica da pretensa subcontratada, com a finalidade de resguardar a boa execução do contrato.

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	25
Rubrica	

(E.1.4.) – Os atestados solicitados visam qualificar o procedimento e resguardar esta Autarquia com a participação de empresas que possuam infraestrutura adequada em razão das características dos trabalhos.

(E.1.5) – Apresentação do Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) expedida pelo referido Conselho da região da sede da empresa, que deve apresentar rigorosamente a situação atualizada da empresa;

## **(E.2) – Qualificação técnico-operacional**

(E.2.1) – A definição dos requisitos de qualificação técnica operacional observou estritamente o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, assegurando-se transparência, proporcionalidade e adequação entre as exigências formuladas e as características do objeto contratado.

(E.2.2) – Nos termos do art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei 14.133/2021, a exigência de atestados de capacidade técnico-operacional foi restrita às parcelas de maior relevância, entendidas como aquelas cujo valor individual corresponde a 4% (quatro por cento) ou mais do valor total estimado da contratação.

(E.2.3) – Dessa forma, procedeu-se à análise da composição orçamentária desta contratação, identificando-se como parcela(s) de maior relevância aquelas que:

- apresentam impacto significativo na execução e nos resultados do objeto;
- possuem maior complexidade técnica e necessidade de manejo especializado;
- representam valor individual igual ou superior ao limite legal de 4%.

(E.2.4) – A partir dessa análise, foram estabelecidos os critérios de qualificação técnica mínima, garantindo pertinência e conexão direta com a execução do objeto, evitando-se exigências desnecessárias ou desproporcionais.

*“Art.67(...)*

*§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total*

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	26
Rubrica	

*estimado da contratação.*

*§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.”*

(E.2.4.1) – Comprovação de capacidade Técnico Operacional em nome da empresa licitante, que a mesma tenha fornecido os materiais e prestado os serviços de plantio e manutenção, com características semelhantes às licitadas, através de Atestado (s) de Capacidade Técnica, atestados estes fornecidos por entidade pública ou privada, na prestação de serviços com especificidade e complexidade operacional compatível.

(E.2.5) – Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

Item	Descrição dos Serviços	Quantidade do Contrato	Percentual Mínimo	Quantidade Comprobatória
1	IRRIGAÇÃO DE GRAMADO COM CAMINHÃO PIPA, INCLUSIVE FORNECIMENTO DE ÁGUA	DAM2	50%	83.679,60DAM2
2	PLANTIO DE PLANTAS DE COBERTURA DE SOLO ENTRE 0,10 A 0,60M (ITENS 4.12. 4.13, 4.14)	20.919,90 m²	50%	10.459,95 m²
3	PLANTIO DE PLANTAS DE COBERTURA DE SOLO ENTRE 0,60 A 1,50M	6.973,30M²	50%	3486,65M²
4	MANUTENÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DE AREAS AJARDINADAS, CORTE DE FOLHAS E RAMOS SECOS, RETIRADA DE PARASITAS, LIMPEZA E REPLANTIO	1.045.995,00 M²	50%	552997,5 M²

(E.2.6) – Em conformidade com o art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei 14.133/2021, e observadas as parcelas anteriormente definidas como de maior relevância, será exigida a comprovação de aptidão mediante apresentação de certidões ou atestados que demonstrem a execução prévia de serviços compatíveis em complexidade tecnológica e operacional com o objeto desta contratação.

(E.2.7) – Para fins de comprovação, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

**Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530**

**Tel.: (21) 99812-5224**

**E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)**

**Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)**

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	27
Rubrica	

- Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU/BR – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, em nome da empresa participante e de seu (s) Responsável (is) Técnico (s), dentro da validade, comprovando habilitação no ramo da Engenharia Agrônômica, e certidão de responsabilidade técnica em atendimento à Resolução CONFEA nº 266 de 15/12/79 e Lei Federal nº 12.378/10.
- Prova de possuir disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados à realização do objeto da licitação, apresentando relação explícita e declaração formal das disponibilidades exigidas, nos termos do inciso III, do artigo 67 da Lei 14.133/21.
- Licença junto ao Instituto Estadual Ambiental do Rio de Janeiro – Inea ou órgão competente, para transporte rodoviário de resíduos, para serviços de jardinagem profissional, manutenção de áreas verdes, paisagismo conforme NOP-INEA-16 e NOP-INEA-26.
- Comprovação no ato da homologação, de possuir a LPU – Licença de Porte e Uso de moto-serra expedido pelo IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, relativo aos equipamentos Moto-serra e Moto-poda em atendimento à Portaria 149 de 30 de dezembro de 1992 do IBAMA.
- Registro ou Inscrição no RENASEM – (Lei Federal nº 10.711/2003 – art. 8º - Decreto 10.586 18.12.2020) – para fornecimento de mudas e plantas, bem como o RENASEM do responsável técnico da empresa.
- Certificado de Regularidade – CR da empresa licitante junto ao IBAMA – (Instrução Normativa nº 13 de 23 de agosto de 2021), Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP.
- Prova de Registro ou inscrição em nome da licitante no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas (DFIA/DAS) – SIPEAGRO.

(E.2.8) – Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o

**Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530**

**Tel.: (21) 99812-5224**

**E-mail: [cpilsomar@gmail.com](mailto:cpilsomar@gmail.com)**

**Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)**

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	28
Rubrica	

somatório de diferentes atestados executados.

(E.2.9) – Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

(E.2.10) – O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **(E.3) – Capacidade Técnico-profissional**

#### **(E.3.1) – Responsável técnico habilitado:**

(E.3.1.1) – Comprovação de registro ou inscrição regular do responsável técnico no CREA ou CAU, conforme a natureza da atividade, com atribuições profissionais compatíveis com a execução integral do objeto desta licitação, notadamente:

**(E.3.2) –**  
**atribuições:**

(E.3.2.1) – A atribuições será (Anotação(ões) de ou RRT(s), e, quando de Acervo Técnico) ou emitidos pelos independentemente de

Item	Descrição dos Serviços
1	ROCADO DE VEGETACAO COM ROCADORA COSTAL MOTORIZADA, INCLUSIVE AJUNTAMENTO DO MATERIAL RESULTANTE
2	PLANTIO DE PLANTAS DE COBERTURA DE SOLO ENTRE 0,10 A 0,60M (ITENS 4.12. 4.13, 4.14)
3	PLANTIO DE PLANTAS DE COBERTURA DE SOLO ENTRE 0,60 A 1,50M
4	MANUTENÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DE AREAS AJARDINADAS, CORTE DE FOLHAS E RAMOS SECOS, RETIRADA DE PARASITAS, LIMPEZA E REPLANTIO

**Comprovação das**  
  
compatibilidade das demonstrada por ART(s) Responsabilidade Técnica) couber, por CAT (Certidão documentos equivalentes respectivos Conselhos, quantitativos mínimos,

desde que descrevam atividades técnicas correlatas às acima elencadas.

#### **(E.3.3) – Vínculo com a licitante:**

Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530

Tel.: (21) 99812-5224

E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)

Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	29
Rubrica	

(E.3.3.1) – O responsável técnico poderá ser diretor, sócio, empregado do quadro permanente ou prestador de serviços, devendo a vinculação com a licitante estar vigente até a data da habilitação, comprovada por CTPS, ficha de registro, contrato de prestação de serviços ou contrato/ato societário, conforme o caso.

(E.3.3.2) – O contrato de prestação de serviços que verse sobre responsabilidade técnica deverá vincular o profissional à execução integral do objeto.

**(E.3.4) – Exclusividade e substituição:**

(E.3.4.1) – A indicação de um mesmo profissional por mais de um licitante acarretará a inabilitação de todos os envolvidos. Eventual substituição do responsável técnico somente poderá ocorrer mediante anuência da Administração, com profissional de igual ou superior habilitação e atribuições.

**(E.3.5) – Informações complementares:**

(E.3.5.1) – A Administração poderá solicitar, a qualquer tempo, elementos adicionais de verificação (ex.: cópia de contratos que originaram as ART/RRT/CAT, dados de contato das contratantes, endereços das obras/serviços), para confirmar a legitimidade e a compatibilidade técnica.

**(E.3.6) – Observação:** Os quantitativos mínimos exigidos para comprovação de experiência permanecem restritos à Qualificação Técnica Operacional, conforme tabela já apresentada (itens 1 e 2). Para a Capacidade Técnica Profissional, não se exige metragem mínima, exigindo-se apenas habilitação e atribuições compatíveis com o objeto.

**(F) – VISTORIA/VISITA TÉCNICA**

(F.1) – A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, **de segunda à sexta-feira, das 10 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail: [parquesejardinssomar@gmail.com](mailto:parquesejardinssomar@gmail.com).**

(F.2) – Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530

Tel.: (21) 99812-5224

E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)

Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)



SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	30
Rubrica	

(F.3) – Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

(F.4) – O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

(F.5) – A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

(F.6) – As empresas interessadas poderão dispensar a visita técnica, desde que assim o declarem e em hipótese alguma poderá ser alegado desconhecimento, incompreensão, dúvida ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato, dos projetos, das especificações técnicas, do memorial, ou de qualquer documento parte desta contratação;

(F.7) – A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais de prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Será permitida a subcontratação parcial do objeto, com fulcro no art. 122 da Lei nº 14.133, de 2021, **no limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento)** do total do orçamento licitado. Não cabe, no entanto, a subcontratação para as atividades que constituam o escopo principal do objeto e nem para os serviços dos itens exigidos nos quadros de comprovação técnica “operacional” ou “profissional”.

*ACÓRDÃO 160622/2022 – PLENO - TCE-RJ nº 104.006-5/22*

“LICITAÇÃO. REPRESENTAÇÃO. PREGÃO.  
SUBCONTRATAÇÃO. RELEVÂNCIA. QUALIFICAÇÃO  
TÉCNICA. LICITANTE. A subcontratação só deve ser  
excepcionalmente admitida, desde que seja parcial e não se mostre viável,  
sob a ótica técnico-econômica, a execução integral do objeto pela

**Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530**

**Tel.: (21) 99812-5224**

**E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)**

**Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)**

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	31
Rubrica	

contratada, esteja prevista no edital, e ainda, que não abarque atividades correspondentes às parcelas de maior relevância técnica exigidas para fins de qualificação dos licitantes.”

14.2 No caso de subcontratação, deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas dos serviços, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da contratada, que executará, por seus próprios meios, o principal dos serviços de que trata este Edital, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados.

14.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14.4 A empresa Contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

14.5 A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

14.6 Sempre que for exigível, a empresa CONTRATADA deverá apresentar à administração a capacidade técnica do subcontratado, considerando as condições previstas no edital.

14.7 Não será admitida a subcontratação exclusiva de mão-de-obra.

14.8 Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista com dirigente do órgão ou entidade da SOMAR ou com agente público que desempenhe função na Concorrência Eletrônica ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme determinação do § 3º do art. 122, da Lei nº 14.133/2021.

14.9 As empresas subcontratadas, no que concerne aos seus empregados alocados na obra, estarão sujeitas às mesmas regras e exigências aplicáveis à Contratada, incumbindo a esta última todas as providências no sentido do seu cumprimento.

**Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530**

**Tel.: (21) 99812-5224**

**E-mail: [cpisomar@gmail.com](mailto:cpisomar@gmail.com)**

**Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)**

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	32
Rubrica	

14.10 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, conforme anexo da minuta do contrato (Anexo XV).

14.11 Em qualquer hipótese de subcontratação, o CONTRATANTE solicitará documentação complementar (contratos, atestados, etc) a respeito da qualificação técnica da pretensa subcontratada, com a finalidade de resguardar a boa execução do contrato.

## 15. RECURSOS

15.1 – Divulgada a vencedora, a Pregoeira informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar a intenção de interpor recurso, no prazo concedido na sessão pública.

15.2 – A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

15.3 – As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, nos termos do art. 165, §1º, I da Lei Federal 14.133/2021.

15.4 – A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.

15.5 – A não apresentação das razões escritas mencionadas acima acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões apresentadas na sessão pública.

15.6 – Os recursos serão dirigidos a pregoeira, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

15.7 – O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	33
Rubrica	

15.8 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

15.9 – Em todos recursos, devem ser observadas as disposições dos arts. 165 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021.

## 16. CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

16.1 – As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

16.2 – Caso o Sistema do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

16.2.1 – Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.

16.3 – A desconexão da Pregoeira no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando a Pregoeira, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

16.3.1 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

## 17. GARANTIA

Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530

Tel.: (21) 99812-5224

E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)

Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	34
Rubrica	

17.1 – Será exigida a garantia de que tratam os **arts. 96** e seguintes da Lei nº 14.133/21, no percentual de **1% (um por cento)** do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

17.2 - Qualquer que seja a modalidade de garantia escolhida pelo licitante, deverá prever a cobertura para os seguintes eventos, dentre outros:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) Prejuízos diretos causados à contratada decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela contratada.

## 18. CONTRATAÇÃO

18.1 – Integra o presente Edital, sob a forma de **anexo XIV**, a minuta do Contrato cujas disposições disciplinarão as relações entre a(s) CONTRATANTE(S) e a ADJUDICATÁRIA.

18.2 – A prestação de serviços será solicitada pelo CONTRATANTE mediante convocação da ADJUDICATÁRIA, por meio de publicação no Diário Oficial do Município ou de comunicação formal, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, para assinatura do contrato ou para retirada de instrumento equivalente.

18.3 – Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

18.3.1 – A ADJUDICATÁRIA terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.3.2 – Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

**Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530**

**Tel.: (21) 99812-5224**

**E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)**

**Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)**

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	35
Rubrica	

b) disponibilizar acesso ao sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 2 (dois) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

18.3.3 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela SOMAR.

18.4 – Se o fornecedor/prestador convocado não assinar o contrato ou instrumento equivalente, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, o órgão gerenciador poderá convocar os demais que tiverem aceitado fornecer os bens com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas cabíveis.

18.4.1 – Se não houver outros fornecedores/prestadores registrados que tenham aceitado fornecer bens com preços iguais aos do licitante vencedor, a Pregoeira poderá examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

18.5 – A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.

18.6 – A CONTRATADA será responsável, na forma do Contrato, pela qualidade dos bens que são objeto desta licitação, em conformidade com as especificações do Projeto Básico e/ou dos projetos, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo setor do(a) CONTRATANTE responsável pela fiscalização da execução do contrato. A ocorrência de desconformidade implicará a substituição dos materiais recusados, por não atender às especificações contidas no Projeto Básico que integra este Edital, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

18.7 – A CONTRATADA será também responsável, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas

**Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530**

**Tel.: (21) 99812-5224**

**E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)**

**Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)**

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	36
Rubrica	

decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da execução do objeto contratado, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

18.8 – O ato de recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não eximirá a licitante de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos bens fornecidos.

18.9 – A licitante vencedora, sem ônus para o(a) CONTRATANTE, compromete-se a:

- a) atender às solicitações do(a) CONTRATANTE em até 5 (cinco) dias contadas a partir de seu recebimento;
- b) reparar e corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, após notificação da Diretoria Operacional de Parques e Jardins.

18.10 – A Fiscalização da execução do objeto contratado caberá à SOMAR.

## 19. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1 – Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data de adimplemento da parcela correspondente, obedecido o disposto na legislação.

19.2 – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do efetivo fornecimento realizado e aceito, sem que o órgão esteja obrigado a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto previsto no respectivo cronograma e em anexos do edital não tenham sido regularmente entregues e aceitos.

19.3 – No caso de erro em eventuais documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição.



SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	37
Rubrica	

19.4 – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente do órgão e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

19.5 – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pela mesma, a qual deverá ser cadastrada junto à Divisão de Planejamento da SOMAR.

19.6 – O processo de pagamento será instruído conforme os documentos exigidos no art. 73 do Decreto Municipal n.º 078/2025.

## 20. REAJUSTE

20.1 – Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de **12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado.**

20.2 – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do **Índice INCC-M (Índice Nacional de Custo da Construção)**, após 12 (doze) meses a contar da data do orçamento estimado.

20.3 – Caso o índice previsto neste Edital seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

20.4 – Os efeitos financeiros do pedido de reajuste serão contados da data-base do orçamento, desde que requerido no prazo de 60 (sessenta) dias a partir do aniversário de cada anualidade do orçamento.

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	38
Rubrica	

20.5 – Caso não requerido o reajuste, pelo Contratado, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da anualidade, perde-se o direito ao reajustamento em relação às parcelas executadas neste período, razão pela qual os efeitos financeiros passarão a contar da data do seu requerimento.

20.6 – Caso não requerido o reajuste, pelo Contratado, em relação a uma determinada anualidade, ainda poderá requerê-lo, no futuro, em relação às próximas anualidades, desde que observadas as demais cláusulas deste contrato.

## 21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 – A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 21.2.

21.2 – Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o órgão requisitante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/2021:

- (a) Advertência;
- (b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
- (c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
- (d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.3 – A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” observará os seguintes parâmetros:

21.3.1 – 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a

**Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530**

**Tel.: (21) 99812-5224**

**E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)**

**Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)**

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	39
Rubrica	

incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

21.3.2 – 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

21.3.3 – 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e

21.3.4 – 0,1% (um décimo por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

21.3.5 – As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.4 – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

21.5 – As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	40
Rubrica	

21.6 – As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do item 21.2 não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

21.7 – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

21.8 – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

21.9 – A aplicação das sanções previstas no item 21.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.10 – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

## **22. FORO**

22.1 – Fica eleito o Foro de Maricá para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

## **23. DISPOSIÇÕES FINAIS**

Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530

Tel.: (21) 99812-5224

E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)

Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	41
Rubrica	

23.1 – Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

23.2 – Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente.

23.3 – As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília – DF.

23.4 – Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira.

Maricá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

Romulo Luiz Pinto de Barros Conceição

Mat.: 500.734

Diretor Operacional de Parques e Jardins

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	42
Rubrica	

## ANEXO I – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

### PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

OBRA: IMPLANTAÇÃO, CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM E PAISAGISMO DOS CANTEIROS AO LONGO DA RODOVIA AMARAL PEIXOTO RJ 106

LOCAL: RODOVIA RJ-106 - MARICÁ/RJ

PRAZO: 12 MESES

TABELA: EMOP/SCO - DEZEMBRO/2025 - DESONERADO

COMPOSIÇÕES - DEZEMBRO/2025

SERVIÇOS BDI 1: 22,00%  
 CUSTO ADMINISTRATIVO MENOR BDI 2: 17,00%  
 FORNECIMENTO BDI 3: 14,00%

ITEM	TABELAS/ COMPOSIÇÕES	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNI D.	QUA NT.	SEM BDI		COM BDI	
						PÇ. UNIT.	TOTAL	PÇ. UNIT.	TOTAL
1.0		02	CANTEIRO DE OBRA				R\$ 138.969,23		R\$ 159.260,40
1.1	EMOP	02.006.0015-A	ALUGUEL CONTAINER (MODULO METALICO ICABEL),P/ESCRITORIO C/WC,MED.APROX.2,30M LARG.6,00M COMPR.E 2,50M ALT.CHAPAS ACO C/NERVURAS TRAPEZOIDAIS,ISOLAMENTO TERMO-ACUSTICO FORRO,CHASSISREFORCADO E PISO COMPENSADO NAVAL,INCLUINDO INST.ELETR.HIDROSSANITARIAS,SUPRIDO ACESSORIOS,1 BACIA SANITARIA E 1 LAVATORIO,EXCL.TRANSP.(04.005.0300),CARGA E DESCARGA (04.013.0015)	UN X M E S	12,00	R\$ 1.250,00	R\$ 15.000,00	R\$ 1.425,00	R\$ 17.100,00
1.2	EMOP	02.006.0035-A	ALUGUEL CONTAINER,P/SANITARIO-VESTIARIO,MED.APROX.2,30M LARGURA,6,00M COMPR.E 2,50M ALT.CHAPAS ACO NERVURAS TRAPEZOIDAIS,ISOLAMENTO TERMO-ACUSTICO FORRO,CHASSIS REFORCADO E PISO COMPENSADO NAVAL,INCL.INST.ELETR.HIDROSSANITARIAS,SUPRIDO ACESSORIOS,3 BACIAS SANITARIAS,2 LAVATORIOS,1 MICTORIO E 4 CHUVEIROS,EXCL.TRANSP.(04.005.0300),CARGA E DESCARGA(04.013.0015)	UN X M E S	12,00	R\$ 1.837,00	R\$ 22.044,00	R\$ 2.094,18	R\$ 25.130,16

FOR  
NEC  
IME  
NTO

FOR  
NEC  
IME  
NTO

Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530

Tel.: (21) 99812-5224

E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)

Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	43
Rubrica	

1.3	EMOP	02.006.0050-A	ALUGUEL DE BANHEIRO QUIMICO,PORTATIL,MEDINDO 2,31M ALTURA X1,56M LARGURA E 1,16M PROFUNDIDADE,INCLUSIVE INSTALACAO E RETIRADA DO EQUIPAMENTO,FORNECIMENTO DE QUIMICA DESODORIZANTE,BACTERICIDA E BACTERIOSTATICA,PAPEL HIGIENICO E VEICULO PROPRIO COM UNIDADE MOVEL DE SUCCAO PARA LIMPEZA	UN XM ES	60,00	R\$ 1.350,00	R\$ 81.000,00	R\$ 1.539,00	R\$ 92.340,00	FOR NEC IME NTO
1.4	EMOP	02.015.0001-A	INSTALACAO E LIGACAO PROVISORIA PARA ABASTECIMENTO DE AGUA E ESGOTAMENTO SANITARIO EM CANTEIRO DE OBRAS,INCLUSIVE ESCAVACAO,EXCLUSIVE REPOSICAO DA PAVIMENTACAO DO LOGRADOURO PUBLICO	UN	1,00	R\$ 4.760,43	R\$ 4.760,43	R\$ 5.807,72	R\$ 5.807,72	SER VIÇ OS
1.5	EMOP	02.016.0001-A	INSTALACAO E LIGACAO PROVISORIA DE ALIMENTACAO DE ENERGIA ELETRICA,EM BAIXA TENSAO,PARA CANTEIRO DE OBRAS,M3-CHAVE 100A,CARGA 3KW,20CV,EXCLUSIVE O FORNECIMENTO DO MEDIDOR	UN	1,00	R\$ 2.510,84	R\$ 2.510,84	R\$ 3.063,22	R\$ 3.063,22	SER VIÇ OS
1.6	EMOP	02.020.0002-A	PLACA DE IDENTIFICACAO DE OBRA PUBLICA,TIPO BANNER/PLOTTER,CONSTITUIDA POR LONA E IMPRESSAO DIGITAL,INCLUSIVE SUPORTES DE MADEIRA.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	6,00	R\$ 269,51	R\$ 1.617,06	R\$ 328,80	R\$ 1.972,80	SER VIÇ OS
1.7	EMOP	02.030.0005-A	PLACA DE SINALIZACAO PREVENTIVA PARA OBRA NA VIA PUBLICA,DEACORDO COM A RESOLUCAO DA PREFEITURA-RJ, COMPREENDENDO FORNECIMENTO E PINTURA DA PLACA E DOS SUPORTES DE MADEIRA.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	15,00	R\$ 103,86	R\$ 1.557,90	R\$ 126,70	R\$ 1.900,50	SER VIÇ OS
1.8	SCO	ST 84.05.0050	CONE DE SINALIZAÇÃO, ALTURA DE 750MM, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DA CET-RIO. FORNECIMENTO.(DESONERADO)	UN	150,00	R\$ 69,86	R\$ 10.479,00	R\$ 79,64	R\$ 11.946,00	FOR NEC IME NTO
2.0		04	TRANSPORTES				R\$ 3.673,32		R\$ 4.480,64	
2.1	EMOP	04.005.0300-A	TRANSPORTE DE CONTAINER,SEGUNDO DESCRICAO DA FAMILIA 02.006,EXCLUSIVE CARGA E DESCARGA(VIDE ITEM 04.013.0015)	UN XK M	100,00	R\$ 34,90	R\$ 3.490,00	R\$ 42,57	R\$ 4.257,00	SER VIÇ OS
2.2	EMOP	04.013.0015-A	CARGA E DESCARGA DE CONTAINER,SEGUNDO DESCRICAO DA FAMILIA 02.006	UN	2,00	R\$ 91,66	R\$ 183,32	R\$ 111,82	R\$ 223,64	SER VIÇ OS

Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530

Tel.: (21) 99812-5224

E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)

Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)



SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	44
Rubrica	

3.0		05	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				R\$ 453.600,00		R\$ 517.104,00	
3.1	EMOP	05.100.0020-A	CAFE DA MANHA, CONFORME CONVENCAO DO TRABALHO PARA CONSTRUCAO CIVIL E CONDICoes HIGIENICAS E SANITARIAS ADEQUADAS	UN	1.260,00	R\$ 10,00	R\$ 12.600,00	R\$ 11,40	R\$ 14.364,00	FOR NEC IME NTO
3.2	EMOP	05.100.0022-A	REFEICAO CONFORME CONVENCAO DO TRABALHO PARA CONSTRUCAO CIVIL E CONDICoes HIGIENICAS E SANITARIAS ADEQUADAS	UN	1.260,00	R\$ 17,00	R\$ 21.420,00	R\$ 19,38	R\$ 24.418,80	FOR NEC IME NTO
3.3	EMOP	05.100.0024-A	CESTA BASICA E AUXILIO SAUDE COM BENEFICIOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS,CONFORME CONVENCAO DO TRABALHO PARA CONSTRUCAO CIVIL	UN X M E S	1.260,00	R\$ 325,00	R\$ 409.500,00	R\$ 370,50	R\$ 466.830,00	FOR NEC IME NTO
3.4	EMOP	05.100.0026-A	VALE TRANSPORTE, CONSIDERANDO PASSAGEM IDA E VOLTA	UN	1.260,00	R\$ 8,00	R\$ 10.080,00	R\$ 9,12	R\$ 11.491,20	FOR NEC IME NTO
4.0		09	SERVIÇOS DE PARQUES E JARDINS				R\$ 12.756.102,89		R\$ 15.037.887,50	
4.1	EMOP	09.001.0030-A	RECOMPOSICAO DE AREAS GRAMADAS EVENTUALMENTE DANIFICADAS,INCLUSIVE FORNECIMENTO DA GRAMA E TRANSPORTE,EXCLUSIVE PREPARODO TERRENO E O MATERIAL PARA ESTE	M2	17.433,25	R\$ 17,88	R\$ 311.706,51	R\$ 21,81	R\$ 380.219,18	SER VIÇ OS
4.2	EMOP	09.003.0065-A	ARVORE NATIVA,TIPO SIBIPIRUNA,OITI,PAU FERRO OU SIMILAR,COMAPROXIMADAMENTE 2,00M DE ALTURA.FORNECIMENTO	UN	200,00	R\$ 75,00	R\$ 15.000,00	R\$ 85,50	R\$ 17.100,00	FOR NEC IME NTO
4.3	EMOP	09.005.0020-A	CATACAO DE PAPEIS EM GRAMADO(196 VEZES POR ANO)	HA	8,72	R\$ 25,77	R\$ 224,62	R\$ 31,43	R\$ 273,96	SER

Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530

Tel.: (21) 99812-5224

E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)

Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	45
Rubrica	

										VIÇ OS
4.4	EMOP	09.005.0041-A	IRRIGACAO DE GRAMADO COM CAMINHAO PIPA,INCLUSIVE FORNECIMENTO DE AGUA	DA M2	167.3 59,20	R\$ 40,63	R\$ 6.799.804,29	R\$ 47,53	R\$ 7.954.5 82,77	CUS TO AD MIN ISTR ATIV O ME NOR
4.5	EMOP	09.005.0059-A	MANUTENCAO E RECOMPOSICAO DE AREAS AJARDINADAS,CORTE DE FOLHAS E RAMOS SECOS,RETIRADA DE PARASITAS, LIMPEZA E REPLANTIO DE ARBUSTOS (1 VEZ POR SEMANA)	M2	1.045 .995, 00	R\$ 0,96	R\$ 1.004.155,20	R\$ 1,12	R\$ 1.171.5 14,40	CUS TO AD MIN ISTR ATIV O ME NOR
4.6	EMOP	09.005.0140-A	ARRANCAMENTO DE ERVAS DANINHAS PELA RAIZ,EM AREA GRAMADA	M2	34.86 6,50	R\$ 1,28	R\$ 44.629,12	R\$ 1,56	R\$ 54.391, 74	SER VIÇ OS
4.7	EMOP	09.006.0006-A	CALAGEM DE GRAMADOS(1 VEZ POR ANO)	HA	8,72	R\$ 1.080, 26	R\$ 9.416,22	R\$ 1.317, 91	R\$ 11.487, 72	SER VIÇ OS
4.8	EMOP	09.006.0010-A	ADUBACAO QUIMICA COM FORMULA COMPLETA(NPK-04-14-08)E ALDRINIZADA,EM GRAMADOS(1 VEZ POR ANO)	HA	8,72	R\$ 3.049, 71	R\$ 26.583,17	R\$ 3.720, 64	R\$ 32.431, 42	SER VIÇ OS
4.9	SCO	SE 39.05.0050	ANÁLISE LABORATORIAL DE SOLO DE ÁRVORES.(DESONERADO)	UN	70,00	R\$ 175,0 0	R\$ 12.250,00	R\$ 213,5 0	R\$ 14.945, 00	SER VIÇ OS

Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530

Tel.: (21) 99812-5224

E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)

Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	46
Rubrica	

4.10	COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO 01	PLANTIO DE ARVORE ISOLADA ATÉ 2,00M DE ALTURA, DE QUALQUER ESPÉCIE, EM LOGRADOURO PÚBLICO, INCLUSIVE TRANSPORTE, TERRA PRETA SIMPLES E ESTACA DE MADEIRA (TUTOR), ELETRODUTO DE PVC 2" E BRAÇADEIRA PLÁSTICA, EXCLUSIVE O FORNECIMENTO DA ÁRVORE	UN	200,00	R\$ 77,66	R\$ 15.532,00	R\$ 94,74	R\$ 18.948,00	SERVIÇOS
4.11	COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO 02	RECOMPOSIÇÃO - PLANTIO DE PLANTAS DE COBERTURA DE SOLO COM ESPÉCIES VEGETAIS SIMILARES ÀS DO ITEM DO CATÁLOGO SCO-RJ "PJ 04.05.0420" DE ALTURA ENTRE 0,60 A 1,50 M, CONSIDERANDO 4 MUDAS POR M2, INCLUSIVE FORNECIMENTO DAS MUDAS.	M2	6.973,30	R\$ 72,26	R\$ 503.890,65	R\$ 88,15	R\$ 614.696,39	SERVIÇOS
4.12	COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO 03	RECOMPOSIÇÃO - PLANTIO DE PLANTAS DE COBERTURA DE SOLO COM ESPÉCIES VEGETAIS SIMILARES ÀS DO ITEM DO CATÁLOGO SCO-RJ "PJ 04.05.0520" DE ALTURA ENTRE 0,25 A 1,00 M, CONSIDERANDO 8 MUDAS POR M2, INCLUSIVE FORNECIMENTO DAS MUDAS.	M2	6.973,30	R\$ 154,48	R\$ 1.077.235,38	R\$ 180,74	R\$ 1.260.354,24	CUSTO ADMINISTRATIVO MENOR
4.13	COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO 04	RECOMPOSIÇÃO - PLANTIO DE PLANTAS DE COBERTURA DE SOLO COM ESPÉCIES VEGETAIS SIMILARES ÀS DO ITEM DO CATÁLOGO SCO-RJ "PJ 04.05.0610" DE ALTURA ENTRE 0,10 A 0,40 M, CONSIDERANDO 12 MUDAS POR M2, INCLUSIVE FORNECIMENTO DAS MUDAS.	M2	6.973,30	R\$ 210,69	R\$ 1.469.204,57	R\$ 246,50	R\$ 1.718.918,45	CUSTO ADMINISTRATIVO MENOR
4.14	COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO 05	RECOMPOSIÇÃO - PLANTIO DE PLANTAS DE COBERTURA DE SOLO COM ESPÉCIES VEGETAIS SIMILARES ÀS DO ITEM DO CATÁLOGO SCO-RJ "PJ 04.05.0710" DE ALTURA ENTRE 0,10 A 0,40 M, CONSIDERANDO 16 MUDAS POR M2, INCLUSIVE FORNECIMENTO DAS MUDAS.	M2	6.973,30	R\$ 68,19	R\$ 475.509,32	R\$ 83,19	R\$ 580.108,82	SERVIÇOS
4.15	COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO 06	RECOMPOSIÇÃO - PLANTIO DE PLANTAS DE COBERTURA DE SOLO COM ESPÉCIES VEGETAIS SIMILARES ÀS DO ITEM DO CATÁLOGO SCO-RJ "PJ 04.05.0800" DE ALTURA ENTRE 0,10 A 0,20 M, CONSIDERANDO 25 MUDAS POR M2, INCLUSIVE FORNECIMENTO DAS MUDAS.	M2	6.973,30	R\$ 59,15	R\$ 412.470,69	R\$ 72,16	R\$ 503.193,32	SERVIÇOS

Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530

Tel.: (21) 99812-5224

E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)

Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	47
Rubrica	

4.16	COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO 07	MANUTENÇÃO - ADUBACAO QUIMICA PARA GRAMADOS COM NPK-10-10-10 (50g/m²).FORNECIMENTO E APLICACAO	M²	87.16 6,25	R\$ 1,82	R\$ 158.642,57	R\$ 2,22	R\$ 193.509 ,07	SER VIÇ OS
4.17	COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO 08	MANUTENÇÃO - ADUBACAO QUIMICA PARA ARBUSTOS COM NPK-10-10-10 (25g/m²).FORNECIMENTO E APLICACAO	M²	174.3 32,50	R\$ 1,57	R\$ 273.702,02	R\$ 1,91	R\$ 332.975 ,07	SER VIÇ OS
4.18	COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO 09	MANUTENÇÃO - ADUBACAO QUIMICA COM NPK-10-10-10 (100g) EM GOLAS DE ARVORE,INCLUSIVE LIMPEZA E REVOLVIMENTO DE SOLO.FORNECIMENTO E APLICACAO	UN	1.979 ,00	R\$ 3,64	R\$ 7.203,56	R\$ 4,44	R\$ 8.786,7 6	SER VIÇ OS
4.19	COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO 10	PREPARO DE SOLO - ADUBACAO QUIMICA COM SUPERFOSFATO SIMPLES (250g/m²) E ESTERCO DE GADO EM GRAMADOS. FORNECIMENTO E APLICACAO	UN	17.43 3,25	R\$ 7,97	R\$ 138.943,00	R\$ 9,72	R\$ 169.451 ,19	SER VIÇ OS
5.0		19	ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS				R\$ 1.393.638,48		R\$ 1.588.7 01,96	
5.1	EMOP	19.004.0010-C	CAMINHAO BASCULANTE,NO TOCO,CAPACIDADE DE 4,00M3,INCLUSIVE MOTORISTA	H	2.112 ,00	R\$ 191,2 0	R\$ 403.814,40	R\$ 217,9 6	R\$ 460.331 ,52	FOR NEC IME NTO
5.2	EMOP	19.004.0010-D	CAMINHAO BASCULANTE,NO TOCO,CAPACIDADE DE 4,00M3,INCLUSIVE MOTORISTA	H	2.112 ,00	R\$ 81,56	R\$ 172.254,72	R\$ 92,97	R\$ 196.352 ,64	FOR NEC IME NTO
5.3	EMOP	19.004.0010-E	CAMINHAO BASCULANTE,NO TOCO,CAPACIDADE DE 4,00M3,INCLUSIVE MOTORISTA	H	2.112 ,00	R\$ 66,18	R\$ 139.772,16	R\$ 75,44	R\$ 159.329 ,28	FOR NEC IME NTO
5.4	EMOP	19.004.0250-A	VEICULO DE PASSEIO,5 PASSAGEIROS,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1,0 LITRO,EXCLUSIVE MOTORISTA	ME S	24,00	R\$ 5.103, 60	R\$ 122.486,40	R\$ 5.818, 10	R\$ 139.634 ,40	FOR NEC

Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530

Tel.: (21) 99812-5224

E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)

Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	48
Rubrica	

										IME NTO
5.5	EMOP	19.004.0410-A	CAMIONETA TIPO PICK-UP COM CABINE DUPLA E CACAMBA,MOTOR DIESEL DE 2,8 LITROS,DIRECAO HIDRAULICA,TRACAO NAS 4 RODAS,EXCLUSIVE MOTORISTA	ME S	12,00	R\$ 12.97 6,52	R\$ 155.718,24	R\$ 14.79 3,23	R\$ 177.518 ,76	FOR NEC IME NTO
5.6	EMOP	19.004.0272-A	MICRO-ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 15 LUGARES,MOTOR DIESEL,INCLUSIVE MOTORISTA E COMBUSTIVEL	ME S	24,00	R\$ 16.64 9,69	R\$ 399.592,56	R\$ 18.98 0,64	R\$ 455.535 ,36	FOR NEC IME NTO
6.0		22	REFLORESTAMENTO E EXPLORAÇÃO FLORESTAL				R\$ 1.191.906,35		R\$ 1.395.3 46,78	
6.1	EMOP	22.016.0010-A	ROCADO DE VEGETACAO COM ROCADEIRA COSTAL MOTORIZADA,INCLUSIVE AJUNTAMENTO DO MATERIAL RESULTANTE	HA	313,8 0	R\$ 3.745, 94	R\$ 1.175.475,97	R\$ 4.382, 74	R\$ 1.375.3 03,81	CUS TO AD MIN ISTR ATIV O ME NOR
6.2	EMOP	22.030.0085-A	RETUTORAMENTO DE ESPECIES VEGETAIS DE QUALQUER NATUREZA	UN	20,00	R\$ 32,12	R\$ 642,40	R\$ 39,18	R\$ 783,60	SER VIÇ OS
6.3	EMOP	22.030.0030-A	ARRANCAMENTO E REPLANTIO DE ARBUSTO COM ATE 2M DE ALTURA	UN	980,6 2	R\$ 16,10	R\$ 15.787,98	R\$ 19,64	R\$ 19.259, 37	SER VIÇ OS
-----SUBTOTAL DO ORÇAMENTO (S/ ADM E ENCARGOS COMPLEMENTARES) -----						SEM BDI	R\$ 15.937.890,27	COM BDI	R\$ 18.702. 781,28	

Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530

Tel.: (21) 99812-5224

E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)

Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	49
Rubrica	

7.0		ADM	ADMINISTRAÇÃO LOCAL E ENCARGOS COMPLEMENTARES				R\$ 431.633,00		R\$ 505.010,00
7.1	COMPOSIÇÃO	01.090.9999-5	ADMINISTRAÇÃO LOCAL, UNIDADE DE REFERÊNCIA E ENCARGOS COMPLEMENTARES.	%	100,00	R\$ 4.316,33	R\$ 431.633,00	R\$ 5.050,10	R\$ 505.010,00
-----TOTAL DO ORÇAMENTO (C/ ADM E ENCARGOS COMPLEMENTARES)-----						SEM BDI	R\$ 16.369.523,27	COM BDI	R\$ 19.207.791,28
<b>NOTAS:</b>									
1) OS ITENS QUE CONTIVEREM SEUS CÓDIGOS EM ITÁLICO POSSUEM BDI DE SERVIÇOS COM CUSTOS ADMINISTRATIVOS MENORES.									
2) OS ITENS QUE CONTIVEREM SEUS CÓDIGOS EM NEGRITO POSSUEM BDI DIFERENCIADO PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.									
3) NA ELABORAÇÃO DESTA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA FORAM ADOTADOS OS SERVIÇOS COM CUSTOS DESONERADOS.									
4) O ITEM REFERENTE A ADMINISTRAÇÃO LOCAL DEVE SER PAGO EM PARCELAS PROPORCIONAIS AO DESEMBOLSO FINANCEIRO DAS MEDIÇÕES, CONFORME NOTAS PARA USO DO BOLETIM DA EMOP.									
5) DE ACORDO COM O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR OS ITENS DE RECOMPOSIÇÃO SERÃO MEDIDOS CASO HAJA FURTO,SENESCÊNCIA OU MORTE DE ARBUSTOS A CRITÉRIO DA FISCALIZAÇÃO.									
<b>METODOLOGIA:</b>									
1) NA ELABORAÇÃO DESTA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA FOI ADOTADA A FÓRMULA DE TRUNCAR EM DUAS CASAS DECIMAIS.									

CUS  
TO  
AD  
MIN  
ISTR  
ATIV  
O  
ME  
NOR

**Revisado por:** Paulo Henrique da Silva Oliveira  
 Chefe de Divisão  
 Matrícula: 500.506

**Elaborado por:** Leônidas de Jesus Souza

Engenheiro Civil  
 Matrícula: 900.003

**\*Data do orçamento estimado: 06 de fevereiro de 2026.**

Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530

Tel.: (21) 99812-5224

E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)

Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	50
Rubrica	

**ANEXO II - PROPOSTA – DETALHE**

<b>ESTADO DO RIO DE JANEIRO</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ</b> <b>AUTARQUIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE</b> <b>OBRA DE MARICÁ - SOMAR</b> Comissão Permanente de Licitação <b>PROPOSTA DETALHE</b>	<b>PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90009/2026 -</b> A Realizar-se em: <b>Processo: 5905/2025</b>
A firma ao lado mencionada propõe Prestar Serviço ao Município de Maricá, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes do EDITAL n.º 90009/2026	CARIMBO DO CNPJ

A sociedade empresária abaixo indicada se propõe **a fornecer o objeto deste edital, conforme discriminado no Projeto Básico – Anexo III**, pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Empresa Proponente: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_

Estado: \_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ Insc. Estadual: \_\_\_\_\_ Insc. Munic. \_\_\_\_\_

Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530

Tel.: (21) 99812-5224

E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)

Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)



SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	51
Rubrica	

OBS: Todos os custos do fornecimento, equipamentos, materiais, logística e transporte serão considerados inclusos na proposta de preços ofertada, não podendo a CONTRATADA alegar desconhecimento ou negligências por desconhecimento do presente item;

Item	Especificação	Valor Total
01	<b>Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Implantação, Conservação e Gestão de Serviços de Jardinagem e Paisagismo nos Canteiros ao longo da Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106) no Município de Maricá – RJ</b>	

1 - DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

1.1 - O prazo de validade desta proposta comercial é de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação, prorrogável a pedido da administração.

Em, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
 N° de Inscrição Municipal ou

Estadual

\_\_\_\_\_  
 Firma Proponente (Assinatura)

Rua Raul Alfredo de Andrade, s/n° Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530

Tel.: (21) 99812-5224

E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)

Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	52
Rubrica	

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

OBRA: IMPLANTAÇÃO, CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM E PAISAGISMO DOS CANTEIROS AO LONGO DA RODOVIA AMARAL PEIXOTO RJ 106

LOCAL: RODOVIA RJ-106 - MARICÁ/RJ

PRAZO: 12 MESES

TABELA: EMOP/SCO - DEZEMBRO/2025 - DESONERADO

COMPOSIÇÕES - DEZEMBRO/2025

SERVIÇOS BDI 1: 22,00%  
 CUSTO ADMINISTRATIVO MENOR BDI 2: 17,00%  
 FORNECIMENTO BDI 3: 14,00%

ITEM	TABELAS/ COMPOSIÇÕES	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNI D.	QUA NT.	SEM BDI		COM BDI	
						PÇ. UNIT.	TOTAL	PÇ. UNIT.	TOTAL
1.0		02	CANTEIRO DE OBRA						
1.1	EMOP	02.006.0015-A	ALUGUEL CONTAINER (MODULO METALICO ICAVEL),P/ESCRITORIO C/WC,MED.APROX.2,30M LARG.6,00M COMPR.E 2,50M ALT.CHAPAS ACO C/NERVURAS TRAPEZOIDAIS,ISOLAMENTO TERMO-ACUSTICO FORRO,CHASSISREFORCADO E PISO COMPENSADO NAVAL,INCLUINDO INST.ELETR.HIDROSSANITARIAS,SUPRIDO ACESSORIOS,1 BACIA SANITARIA E 1 LAVATORIO,EXCL.TRANSP.(04.005.0300),CARGA E DESCARGA (04.013.0015)	UN XM ES	12,00				
1.2	EMOP	02.006.0035-A	ALUGUEL CONTAINER,P/SANITARIO-VESTIARIO,MED.APROX.2,30M LARGURA,6,00M COMPR.E 2,50M ALT.CHAPAS ACO NERVURAS TRAPEZOIDAIS,ISOLAMENTO TERMO-ACUSTICO FORRO,CHASSIS REFORCADO E PISO COMPENSADO NAVAL,INCL.INST.ELETR.HIDROSSANITARIAS,SUPRIDO ACESSORIOS,3 BACIAS SANITARIAS,2 LAVATORIOS,1 MICTORIO E 4 CHUVEIROS,EXCL.TRANSP.(04.005.0300),CARGA E DESCARGA(04.013.0015)	UN XM ES	12,00				

FOR  
NEC  
IME  
NTO

FOR  
NEC  
IME  
NTO

Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530

Tel.: (21) 99812-5224

E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)

Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	53
Rubrica	

1.3	EMOP	02.006.0050-A	ALUGUEL DE BANHEIRO QUIMICO,PORTATIL,MEDINDO 2,31M ALTURA X1,56M LARGURA E 1,16M PROFUNDIDADE,INCLUSIVE INSTALACAO E RETIRADA DO EQUIPAMENTO,FORNECIMENTO DE QUIMICA DESODORIZANTE,BACTERICIDA E BACTERIOSTATICA,PAPEL HIGIENICO E VEICULO PROPRIO COM UNIDADE MOVEL DE SUCCAO PARA LIMPEZA	UN XM ES	60,00					FOR NEC IME NTO
1.4	EMOP	02.015.0001-A	INSTALACAO E LIGACAO PROVISORIA PARA ABASTECIMENTO DE AGUA E ESGOTAMENTO SANITARIO EM CANTEIRO DE OBRAS,INCLUSIVE ESCAVACAO,EXCLUSIVE REPOSICAO DA PAVIMENTACAO DO LOGRADOURO PUBLICO	UN	1,00					SER VIÇ OS
1.5	EMOP	02.016.0001-A	INSTALACAO E LIGACAO PROVISORIA DE ALIMENTACAO DE ENERGIA ELETRICA,EM BAIXA TENSAO,PARA CANTEIRO DE OBRAS,M3-CHAVE 100A,CARGA 3KW,20CV,EXCLUSIVE O FORNECIMENTO DO MEDIDOR	UN	1,00					SER VIÇ OS
1.6	EMOP	02.020.0002-A	PLACA DE IDENTIFICACAO DE OBRA PUBLICA,TIPO BANNER/PLOTTER,CONSTITUIDA POR LONA E IMPRESSAO DIGITAL,INCLUSIVE SUPORTES DE MADEIRA.FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	6,00					SER VIÇ OS
1.7	EMOP	02.030.0005-A	PLACA DE SINALIZACAO PREVENTIVA PARA OBRA NA VIA PUBLICA,DEACORDO COM A RESOLUCAO DA PREFEITURA-RJ, COMPREENDENDO FORNECIMENTO E PINTURA DA PLACA E DOS SUPORTES DE MADEIRA.FORNECIMENTO E COLOCACAO	UN	15,00					SER VIÇ OS
1.8	SCO	ST 84.05.0050	CONE DE SINALIZAÇÃO, ALTURA DE 750MM, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DA CET-RIO. FORNECIMENTO.(DESONERADO)	UN	150,00					FOR NEC IME NTO
2.0		04	TRANSPORTES							
2.1	EMOP	04.005.0300-A	TRANSPORTE DE CONTAINER,SEGUNDO DESCRICAO DA FAMILIA 02.006,EXCLUSIVE CARGA E DESCARGA(VIDE ITEM 04.013.0015)	UN XK M	100,00					SER VIÇ OS
2.2	EMOP	04.013.0015-A	CARGA E DESCARGA DE CONTAINER,SEGUNDO DESCRICAO DA FAMILIA 02.006	UN	2,00					SER VIÇ OS
3.0		05	SERVIÇOS COMPLEMENTARES							

Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530

Tel.: (21) 99812-5224

E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)

Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	54
Rubrica	

3.1	EMOP	05.100.0020-A	CAFE DA MANHA, CONFORME CONVENCAO DO TRABALHO PARA CONSTRUCAO CIVIL E CONDICoes HIGIENICAS E SANITARIAS ADEQUADAS	UN	1.260,00					FOR NEC IME NTO
3.2	EMOP	05.100.0022-A	REFEICAO CONFORME CONVENCAO DO TRABALHO PARA CONSTRUCAO CIVIL E CONDICoes HIGIENICAS E SANITARIAS ADEQUADAS	UN	1.260,00					FOR NEC IME NTO
3.3	EMOP	05.100.0024-A	CESTA BASICA E AUXILIO SAUDE COM BENEFICIOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS,CONFORME CONVENCAO DO TRABALHO PARA CONSTRUCAO CIVIL	UN X M E S	1.260,00					FOR NEC IME NTO
3.4	EMOP	05.100.0026-A	VALE TRANSPORTE, CONSIDERANDO PASSAGEM IDA E VOLTA	UN	1.260,00					FOR NEC IME NTO
4.0		09	SERVIÇOS DE PARQUES E JARDINS							
4.1	EMOP	09.001.0030-A	RECOMPOSICAO DE AREAS GRAMADAS EVENTUALMENTE DANIFICADAS,INCLUSIVE FORNECIMENTO DA GRAMA E TRANSPORTE,EXCLUSIVE PREPARODO TERRENO E O MATERIAL PARA ESTE	M2	17.433,25					SER VIÇ OS
4.2	EMOP	09.003.0065-A	ARVORE NATIVA,TIPO SIBIPIRUNA,OITI,PAU FERRO OU SIMILAR,COMAPROXIMADAMENTE 2,00M DE ALTURA.FORNECIMENTO	UN	200,00					FOR NEC IME NTO
4.3	EMOP	09.005.0020-A	CATACAO DE PAPEIS EM GRAMADO(196 VEZES POR ANO)	HA	8,72					SER VIÇ OS
4.4	EMOP	09.005.0041-A	IRRIGACAO DE GRAMADO COM CAMINHAO PIPA,INCLUSIVE FORNECIMENTO DE AGUA	DA M2	167.359,20					CUS TO

Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530

Tel.: (21) 99812-5224

E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)

Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	55
Rubrica	

										AD MIN ISTR ATIV O ME NOR
4.5	EMOP	09.005.0059-A	MANUTENCAO E RECOMPOSICAO DE AREAS AJARDINADAS,CORTE DE FOLHAS E RAMOS SECOS,RETIRADA DE PARASITAS, LIMPEZA E REPLANTIO DE ARBUSTOS (1 VEZ POR SEMANA)	M2	1.045 .995, 00					CUS TO AD MIN ISTR ATIV O ME NOR
4.6	EMOP	09.005.0140-A	ARRANCAMENTO DE ERVAS DANINHAS PELA RAIZ,EM AREA GRAMADA	M2	34.86 6,50					SER VIÇ OS
4.7	EMOP	09.006.0006-A	CALAGEM DE GRAMADOS(1 VEZ POR ANO)	HA	8,72					SER VIÇ OS
4.8	EMOP	09.006.0010-A	ADUBACAO QUIMICA COM FORMULA COMPLETA(NPK-04-14-08)E ALDRINIZADA,EM GRAMADOS(1 VEZ POR ANO)	HA	8,72					SER VIÇ OS
4.9	SCO	SE 39.05.0050	ANÁLISE LABORATORIAL DE SOLO DE ÁRVORES.(DESONERADO)	UN	70,00					SER VIÇ OS
4.10	COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO 01	PLANTIO DE ARVORE ISOLADA ATE 2,00M DE ALTURA,DE QUALQUER ESPECIE,EM LOGRADOURO PUBLICO,INCLUSIVE TRANSPORTE,TERRA PRETA SIMPLES E ESTACA DE MADEIRA(TUTOR), ELETRODUTO DE PVC 2" E BRAÇADEIRA PLÁSTICA, EXCLUSIVE O FORNECIMENTO DA ARVORE	UN	200,0 0					SER VIÇ OS

Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530

Tel.: (21) 99812-5224

E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)

Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	56
Rubrica	

4.11	COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO 02	RECOMPOSIÇÃO - PLANTIO DE PLANTAS DE COBERTURA DE SOLO COM ESPÉCIES VEGETAIS SIMILARES AS DO ITEM DO CATÁLOGO SCO-RJ "PJ 04.05.0420" DE ALTURA ENTRE 0,60 A 1,50 M, CONSIDERANDO 4 MUDAS POR M2, INCLUSIVE FORNECIMENTO DAS MUDAS.	M2	6.973,30					SERVIÇOS
4.12	COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO 03	RECOMPOSIÇÃO - PLANTIO DE PLANTAS DE COBERTURA DE SOLO COM ESPÉCIES VEGETAIS SIMILARES AS DO ITEM DO CATÁLOGO SCO-RJ "PJ 04.05.0520" DE ALTURA ENTRE 0,25 A 1,00 M, CONSIDERANDO 8 MUDAS POR M2, INCLUSIVE FORNECIMENTO DAS MUDAS.	M2	6.973,30					CUSTO ADMINISTRATIVO MENOR
4.13	COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO 04	RECOMPOSIÇÃO - PLANTIO DE PLANTAS DE COBERTURA DE SOLO COM ESPÉCIES VEGETAIS SIMILARES AS DO ITEM DO CATÁLOGO SCO-RJ "PJ 04.05.0610" DE ALTURA ENTRE 0,10 A 0,40 M, CONSIDERANDO 12 MUDAS POR M2, INCLUSIVE FORNECIMENTO DAS MUDAS.	M2	6.973,30					CUSTO ADMINISTRATIVO MENOR
4.14	COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO 05	RECOMPOSIÇÃO - PLANTIO DE PLANTAS DE COBERTURA DE SOLO COM ESPÉCIES VEGETAIS SIMILARES AS DO ITEM DO CATÁLOGO SCO-RJ "PJ 04.05.0710" DE ALTURA ENTRE 0,10 A 0,40 M, CONSIDERANDO 16 MUDAS POR M2, INCLUSIVE FORNECIMENTO DAS MUDAS.	M2	6.973,30					SERVIÇOS
4.15	COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO 06	RECOMPOSIÇÃO - PLANTIO DE PLANTAS DE COBERTURA DE SOLO COM ESPÉCIES VEGETAIS SIMILARES AS DO ITEM DO CATÁLOGO SCO-RJ "PJ 04.05.0800" DE ALTURA ENTRE 0,10 A 0,20 M, CONSIDERANDO 25 MUDAS POR M2, INCLUSIVE FORNECIMENTO DAS MUDAS.	M2	6.973,30					SERVIÇOS
4.16	COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO 07	MANUTENÇÃO - ADUBACAO QUIMICA PARA GRAMADOS COM NPK-10-10-10 (50g/m²).FORNECIMENTO E APLICACAO	M²	87.166,25					SERVIÇOS

Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530

Tel.: (21) 99812-5224

E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)

Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	57
Rubrica	

4.17	COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO 08	MANUTENÇÃO - ADUBACAO QUIMICA PARA ARBUSTOS COM NPK-10-10-10 (25g/m²).FORNECIMENTO E APLICACAO	M²	174.3 32,50					SER VIÇ OS
4.18	COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO 09	MANUTENÇÃO - ADUBACAO QUIMICA COM NPK-10-10-10 (100g) EM GOLAS DE ARVORE,INCLUSIVE LIMPEZA E REVOLVIMENTO DE SOLO.FORNECIMENTO E APLICACAO	UN	1.979 ,00					SER VIÇ OS
4.19	COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO 10	PREPARO DE SOLO - ADUBACAO QUIMICA COM SUPERFOSFATO SIMPLES (250g/m²) E ESTERCO DE GADO EM GRAMADOS. FORNECIMENTO E APLICACAO	UN	17.43 3,25					SER VIÇ OS
5.0		19	ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS							
5.1	EMOP	19.004.0010-C	CAMINHAO BASCULANTE,NO TOCO,CAPACIDADE DE 4,00M3,INCLUSIVE MOTORISTA	H	2.112 ,00					FOR NEC IME NTO
5.2	EMOP	19.004.0010-D	CAMINHAO BASCULANTE,NO TOCO,CAPACIDADE DE 4,00M3,INCLUSIVE MOTORISTA	H	2.112 ,00					FOR NEC IME NTO
5.3	EMOP	19.004.0010-E	CAMINHAO BASCULANTE,NO TOCO,CAPACIDADE DE 4,00M3,INCLUSIVE MOTORISTA	H	2.112 ,00					FOR NEC IME NTO
5.4	EMOP	19.004.0250-A	VEICULO DE PASSEIO,5 PASSAGEIROS,MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1,0 LITRO,EXCLUSIVE MOTORISTA	ME S	24,00					FOR NEC IME NTO
5.5	EMOP	19.004.0410-A	CAMIONETA TIPO PICK-UP COM CABINE DUPLA E CACAMBA,MOTOR DIESEL DE 2,8 LITROS,DIRECAO HIDRAULICA,TRACAO NAS 4 RODAS,EXCLUSIVE MOTORISTA	ME S	12,00					FOR NEC IME NTO

Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530

Tel.: (21) 99812-5224

E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)

Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)



SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	58
Rubrica	

5.6	EMOP	19.004.0272-A	MICRO-ONIBUS COM CAPACIDADE MINIMA DE 15 LUGARES,MOTOR DIESEL,INCLUSIVE MOTORISTA E COMBUSTIVEL	ME S	24,00					FOR NEC IME NTO
6.0		22	REFLORESTAMENTO E EXPLORAÇÃO FLORESTAL							
6.1	EMOP	22.016.0010-A	ROCADO DE VEGETACAO COM ROCADEIRA COSTAL MOTORIZADA,INCLUSIVE AJUNTAMENTO DO MATERIAL RESULTANTE	HA	313,80					CUS TO AD MIN ISTR ATIV O ME NOR
6.2	EMOP	22.030.0085-A	RETUTORAMENTO DE ESPECIES VEGETAIS DE QUALQUER NATUREZA	UN	20,00					SER VIÇ OS
6.3	EMOP	22.030.0030-A	ARRANCAMENTO E REPLANTIO DE ARBUSTO COM ATE 2M DE ALTURA	UN	980,62					SER VIÇ OS
-----SUBTOTAL DO ORÇAMENTO (S/ ADM E ENCARGOS COMPLEMENTARES) -----						SEM BDI				
7.0		ADM	ADMINISTRAÇÃO LOCAL E ENCARGOS COMPLEMENTARES							
7.1	COMPOSIÇÃO	01.090.9999-5	ADMINISTRAÇÃO LOCAL, UNIDADE DE REFERÊNCIA E ENCARGOS COMPLEMENTARES.	%	100,00					CUS TO AD MIN ISTR ATIV O ME NOR

Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530

Tel.: (21) 99812-5224

E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)

Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	12/03/2025
Folha	59
Rubrica	

-----TOTAL DO ORÇAMENTO (C/ ADM E ENCARGOS COMPLEMENTARES)-----				SEM BDI			
<b>NOTAS:</b>							
1) OS ITENS QUE CONTIVEREM SEUS CÓDIGOS EM ITÁLICO POSSUEM BDI DE SERVIÇOS COM CUSTOS ADMINISTRATIVOS MENORES.							
2) OS ITENS QUE CONTIVEREM SEUS CÓDIGOS EM NEGRITO POSSUEM BDI DIFERENCIADO PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS.							
3) NA ELABORAÇÃO DESTA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA FORAM ADOTADOS OS SERVIÇOS COM CUSTOS DESONERADOS.							
4) O ITEM REFERENTE A ADMINISTRAÇÃO LOCAL DEVE SER PAGO EM PARCELAS PROPORCIONAIS AO DESEMBOLSO FINANCEIRO DAS MEDIÇÕES, CONFORME NOTAS PARA USO DO BOLETIM DA EMOP.							
5) DE ACORDO COM O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR OS ITENS DE RECOMPOSIÇÃO SERÃO MEDIDOS CASO HAJA FURTO, SENESCÊNCIA OU MORTE DE ARBUSTOS A CRITÉRIO DA FISCALIZAÇÃO.							
<b>METODOLOGIA:</b>							
1) NA ELABORAÇÃO DESTA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA FOI ADOTADA A FÓRMULA DE TRUNCAR EM DUAS CASAS DECIMAIS.							

**Elaborado por:** Leônidas de Jesus Souza

Engenheiro Civil  
 Matrícula: 900.003

**Revisado por:** Paulo Henrique da Silva Oliveira  
 Chefe de Divisão  
 Matrícula: 500.506

Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº Caxito – Maricá/RJ - CEP 24910-530

Tel.: (21) 99812-5224

E-mail: [cplsomar@gmail.com](mailto:cplsomar@gmail.com)

Site: [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br)

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	60
Rubrica	

### ANEXO III

### PROJETO BÁSICO

#### **1. APRESENTAÇÃO**

Este Projeto Básico foi elaborado com fundamento no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que integra o presente Processo Administrativo, elaborado pela Diretoria Operacional de Parques e Jardins, que demonstrou a necessidade e o interesse público na contratação de empresa especializada para a execução de serviços de implantação, conservação e gestão de jardinagem e paisagismo nos canteiros ao longo da Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106), no trecho compreendido dentro dos limites territoriais do Município de Maricá/RJ.

Com base nos fundamentos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o presente Projeto Básico e seus anexos visam fornecer os elementos técnicos e subsídios necessários à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços comuns de engenharia voltados à manutenção de arborização, paisagismo, gramíneas e forrações implantados nos canteiros centrais, faixas laterais, rotatórias e demais áreas ajardinadas inseridas na faixa de domínio da Rodovia RJ-106, no Município de Maricá/RJ.

Trata-se de serviço de natureza comum, conforme as definições da legislação vigente, indicado para contratação por meio de licitação na modalidade pregão, em forma eletrônica, pelo critério de julgamento de menor preço, na forma a ser definida no instrumento convocatório, visando à seleção da proposta mais vantajosa à Administração Pública.

Entende-se por serviço comum de engenharia todo serviço de engenharia que tem por objeto ações objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, adequação e adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens (art. 6º, XXI, “a”, da Lei nº 14.133/2021). No caso em tela, enquadram-se como bens públicos urbanos os canteiros ajardinados e arborizados implantados ao longo da Rodovia RJ-106.

Os serviços de manutenção dos canteiros compreenderão atividades voltadas à conservação, reposição, limpeza, manejo e recuperação de elementos vegetais e paisagísticos, visando à preservação das condições de segurança viária, funcionalidade, conforto ambiental e estética urbana, em conformidade com as normas técnicas da ABNT e demais normas aplicáveis.

#### **2. OBJETIVO**

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços para a IMPLANTAÇÃO, CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM E PAISAGISMO NOS CANTEIROS AO LONGO DA RODOVIA AMARAL PEIXOTO (RJ-106) NO MUNICÍPIO DE MARICÁ - RJ, conforme diretrizes descritas no Estudo Técnico Preliminar, e exigências estabelecidas neste instrumento.

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	61
Rubrica	

### 3. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021 (Decreto Municipal nº 881/22).

O objeto desta contratação é caracterizado como serviço comum de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Os serviços objeto desta contratação são considerados contínuos (art. 6º, XV, da Lei Federal nº 14.133/2021), por se tratarem de atividades permanentes e essenciais à conservação dos canteiros centrais e laterais ao longo da Rodovia RJ-106. A interrupção dos serviços acarretaria:

- degradação acelerada das áreas ajardinadas e arborizadas;
- perda de efetividade dos investimentos públicos já realizados em arborização e paisagismo;
- aumento da incidência de poeira, ilhas de calor, resíduos e proliferação de pragas;
- prejuízos à segurança viária, em razão de vegetação descontrolada interferindo em sinalização, visibilidade e dispositivos de drenagem;
- impactos negativos na percepção de qualidade urbana, turismo e autoestima da população.

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a natureza contínua dos serviços e o interesse público em garantir a manutenção permanente dos canteiros da Rodovia RJ-106.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### 4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Autarquia de Serviços de Obras de Maricá – SOMAR, por intermédio da Diretoria Operacional de Parques e Jardins, identificou a necessidade de contratação de serviços especializados para a manutenção continuada dos canteiros ajardinados da Rodovia RJ-106, no trecho urbano de Maricá/RJ, em razão do desgaste natural decorrente do uso contínuo da via, das condições climáticas e da própria dinâmica de urbanização do Município.

A Rodovia RJ-106 constitui o principal eixo viário de ligação entre diversos bairros de Maricá e municípios vizinhos, concentrando elevado fluxo de veículos e pessoas. Os canteiros centrais, faixas laterais, rotatórias e áreas ajardinadas situadas na faixa de domínio da rodovia cumprem importante função ambiental, paisagística e de segurança viária, atuando como barreira física, atenuando ruídos, melhorando o microclima urbano, reduzindo poeira em suspensão e contribuindo para a orientação visual dos condutores.

A urbanização das vias públicas municipais é uma necessidade contínua, crescente e ininterrupta, exigindo que a expansão ocorra de forma humanizada, com integração entre infraestrutura viária, meio ambiente e qualidade de vida. Nesse contexto, a arborização, o paisagismo e a jardinagem dos canteiros da RJ-106 são componentes essenciais dos projetos de urbanização, constituindo medidas de compensação e mitigação dos impactos ambientais decorrentes da pavimentação, supressão de vegetação e alteração das características naturais da paisagem.

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	62
Rubrica	

Considerando que:

- a urbanização das vias públicas do Município possui caráter permanente dentro das políticas públicas de desenvolvimento social, econômico e ambiental;
- a arborização, o paisagismo e a jardinagem em canteiros rodoviários são componentes obrigatórios para o equilíbrio ambiental e o embelezamento urbano;
- há necessidade de manutenção e reposição regular e continuada das espécies vegetais já implantadas, bem como de recuperação de áreas degradadas;
- a negligência na manutenção compromete a preservação dos investimentos públicos realizados ao longo dos últimos anos e acarreta impactos negativos na segurança viária e na percepção de qualidade dos espaços públicos;
- os serviços, quando executados de forma regular e continuada, contribuem para a preservação das espécies vegetais existentes, para o conforto ambiental e para o ordenamento da paisagem urbana;

resta caracterizada a natureza continuada dos serviços de engenharia comuns de manutenção de arborização, paisagismo e jardinagem nos canteiros da Rodovia RJ-106, justificando a presente contratação.

A prestação dos serviços será realizada mediante vistoria e cronograma técnico, observando-se a vida útil dos materiais, as condições de uso e fatores climáticos, conforme previsto no art. 40, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada visa garantir o bem-estar da população, a valorização dos espaços públicos e a eficiência da gestão municipal, reafirmando o compromisso da Administração com a manutenção da infraestrutura esportiva e recreativa do Município de Maricá/RJ.

Diante disso, é inquestionável a necessidade da referida contratação, considerando que a entidade contratante dos serviços não dispõe em seu quadro de pessoal mão de obra direta que atenda e cumpra as exigências deste Projeto Básico.

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos, também se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

A presente contratação está prevista no Plano Plurianual da Autarquia Municipal de Serviços de Obras de Maricá, através do Programa 0060 – Maricá, Conservação Proativa / Ação Orçamentária 2422 – Manutenção de Praças e Canteiros. Quanto à elaboração do Plano de Contratações Anual, cumpre informar que tal contratação faz parte do escopo anual desta Diretoria.

Sendo assim, a presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a adequada implantação, conservação e gestão dos serviços de jardinagem e paisagismo dos canteiros ao longo da Rodovia Amaral Peixoto – RJ-106, garantindo a manutenção contínua da qualidade estética, ambiental e funcional desses espaços públicos. Tal medida assegura maior segurança viária, bem-estar da população e valorização urbana, atendendo ao interesse público identificado no Estudo Técnico Preliminar.

## **5. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	63
Rubrica	

O valor estimado a ser contratado é de **R\$ 19.207.791,28 (Dezenove Milhões e Duzentos e Sete Mil e Setecentos e Noventa e Um Reais e Vinte e Oito Centavos)**, e considerar-se-á a totalidade dos custos e despesas do objeto do presente Projeto Básico e todas as despesas de mão-de-obra, encargos das leis trabalhistas e sociais, todos os custos diretos e indiretos, taxas, remunerações, despesas fiscais e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste documento, mas julgadas essenciais ao cumprimento do seu objeto.

## 6. DA BASE ORÇAMENTÁRIA

O orçamento acostado ao presente Projeto Básico apresenta-se na forma de planilha de quantitativos com indicação de todos os custos unitários, elaborado com base em Sistema Oficial de Custos, fornecido pelo Catálogo das Tabelas desoneradas EMOP/SCO, com parâmetros de referência de dezembro de 2025, e incidência de BDI diferenciado, sendo: 22,00% (vinte e dois inteiros por cento), referentes à prestação de serviços; 14,00% (quatorze inteiros por cento), referentes ao fornecimento de bens e/ou insumos, bem como cotações de mercado, e 17,00% (dezessete inteiros por cento), referentes a custo administrativo menor.

## 7. DO ÍNDICE DE REAJUSTAMENTO

Quanto à cláusula de reajustamento, este será concedido a partir da solicitação formal do contratado, a cada 12 (doze) meses, tendo como marco inicial para contagem deste período a data do orçamento estimado, adotando-se como parâmetro o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-M) fornecido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Caso decorra período superior a 12 (doze) meses, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, os preços contratuais serão reajustados mediante a aplicação de índices setoriais, conforme artigo 3º, da Lei n.º 10.192/2001.

Os efeitos financeiros do pedido de reajuste serão contados da data-base do orçamento, desde que requerido no prazo de 60 (sessenta) dias a partir do aniversário de cada anualidade do orçamento estimado.

Caso não requerido o reajuste, pelo CONTRATADO, no prazo de 60 dias a contar da anualidade, perde-se o direito ao reajustamento em relação às parcelas executadas neste período, razão pela qual os efeitos financeiros passarão a contar da data do seu requerimento.

Caso não requerido o reajuste, pelo CONTRATADO, em relação a uma determinada anualidade, ainda poderá requerê-lo, no futuro, em relação às próximas anualidades, desde que observadas as demais cláusulas deste contrato.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Para a atualização monetária dos valores contratuais, será utilizado o **Índice Nacional de Custo da Construção (INCC)**, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Este índice reflete as variações nos custos de materiais, mão de obra e serviços inerentes ao setor de construção civil, sendo amplamente aceito e aplicável a contratos de obras e serviços de engenharia.

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	64
Rubrica	

A aplicação do reajuste contratual observará rigorosamente os limites orçamentários e as disposições legais pertinentes, resguardando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e garantindo a eficiência e continuidade dos serviços contratados.

## **8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

A descrição da solução como um todo encontra-se detalhada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que fundamentam de maneira técnica a necessidade da contratação e o conjunto de serviços envolvidos.

A solução proposta consiste na implantação, manutenção, conservação e gestão do paisagismo dos canteiros ao longo da Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106), contemplando desde as etapas iniciais de preparação do solo até o manejo contínuo das áreas verdes, considerando todo o ciclo de vida dos elementos vegetais que compõem o projeto.

A adoção de técnicas adequadas de paisagismo e manejo ambiental proporciona maior eficiência e durabilidade ao serviço, reduzindo a necessidade de intervenções corretivas e garantindo que a rodovia permaneça visualmente organizada, funcional e ambientalmente equilibrada. O manejo profissional das espécies vegetais melhora a segurança viária, uma vez que áreas bem conservadas ampliam a visibilidade, minimizam pontos de acúmulo de resíduos e reduzem a proliferação de pragas.

Além disso, a utilização de espécies nativas e adaptadas às condições climáticas locais aumenta a resiliência dos canteiros, gerando menor demanda de irrigação e manutenção ao longo do tempo. O processo contempla ainda o emprego de insumos adequados, como corretivos, substratos e hidrogel, que contribuem para a vitalidade da vegetação e para a eficiência no uso de recursos hídricos.

O conjunto de serviços inclui etapas de implantação, como limpeza, roçada, escavação de berços, adubação e plantio, bem como serviços contínuos de manutenção — corte e refilamento de gramados, adubação periódica, podas, replantios, controle fitossanitário, reposição de substratos e destinação ambientalmente adequada dos resíduos vegetais. Esse modelo de execução possibilita maior controle técnico sobre cada fase, permitindo que a vegetação se desenvolva de forma saudável e estruturada, reduzindo custos futuros de reposição.

Ao longo de todo o processo, são observadas as normas técnicas pertinentes da ABNT, especialmente no que tange à segurança, acessibilidade, meio ambiente e manejo de resíduos. A execução por empresa especializada assegura o cumprimento das especificações técnicas, a qualidade dos insumos e a adoção de métodos sustentáveis, que prolongam a vida útil dos canteiros e contribuem para a melhoria paisagística e ambiental da malha urbana.

## **9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **d. Sustentabilidade**

Além dos critérios de sustentabilidade inseridos no Item 13 do Estudo Técnico Preliminar, devem ser atendidos os requisitos descritos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, para o objeto.



SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	65
Rubrica	

**e. Subcontratação**

Admitir-se-á subcontratação, visto que os serviços que compõem o objeto contratado não se comunicam de forma direta ou indireta e, desse modo, permite-se a adjudicação de parte do objeto a pessoas jurídicas diversas à contratada, limitadas a 25% (vinte e cinco por cento).

A CONTRATADA somente poderá subcontratar a execução de partes do contrato a terceiros, mediante autorização prévia do CONTRATANTE, sem nenhum prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, conforme art. 122 da Lei nº 14.133/21.

Ademais deve-se observar recente Acórdão proferido pelo TCE-RJ sobre o tema: *“LICITAÇÃO. REPRESENTAÇÃO. PREGÃO. SUBCONTRATAÇÃO. RELEVÂNCIA. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. LICITANTE. A subcontratação só deve ser excepcionalmente admitida, desde que seja parcial e não se mostre viável, sob a ótica técnico-econômica, a execução integral do objeto pela contratada, esteja prevista no edital, e ainda, que não abarque atividades correspondentes às parcelas de maior relevância técnica exigidas para fins de qualificação dos licitantes. (ACORDÃO Nº 160622/2022-PLENO – Processo TCE-RJ nº 104.006-5/22 – Relatora: Conselheira-Substituta Andrea Siqueira Martins -Plenário Virtual: 17/10/2022)”* Grifos nossos

Poderão ser subcontratados os serviços cuja execução demande especialização técnica evidenciada pela existência de empresas especificamente dedicadas àquele segmento, ou, ainda, quando esta seja a prática no mercado, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto contratado.

Não caracteriza a subcontratação de serviços a instalação, aplicação ou montagem de materiais, equipamentos ou aparelhos cuja aquisição pressuponha a execução dos trabalhos pelo fornecedor.

A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

Sempre que for exigível, a empresa CONTRATADA deverá apresentar à administração a capacidade técnica do subcontratado, considerando as condições previstas no edital.

Não será admitida a subcontratação exclusiva de mão-de-obra.

Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista com dirigente do órgão ou entidade da SOMAR ou com agente público que desempenhe função no Pregão Eletrônico ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme determinação do § 3º do art. 122, da Lei nº 14.133/2021.

As empresas subcontratadas, no que concerne aos seus empregados alocados na obra, estarão sujeitas às mesmas regras e exigências aplicáveis à Contratada, incumbindo a esta última todas as providências no sentido do seu cumprimento.

As empresas subcontratadas para fornecimento/instalação de equipamentos deverão ser obrigatoriamente a fabricante dos equipamentos ou assistência técnica autorizada pelo fabricante.

**f. Vistoria**

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	66
Rubrica	

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, **de segunda à sexta-feira, das 10 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail: [parquesejardinssomar@gmail.com](mailto:parquesejardinssomar@gmail.com)**.

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

As empresas interessadas poderão dispensar a visita técnica, desde que assim o declarem e em hipótese alguma poderá ser alegado desconhecimento, incompreensão, dúvida ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato, dos projetos, das especificações técnicas, do memorial, ou de qualquer documento parte desta contratação;

A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais de prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**g. Empresas reunidas em consórcio**

Será vedada a participação de empresas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Não será admitida a participação de pessoas jurídicas em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, por não se tratar de execução contratual de dimensão de alta complexidade.

A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame. Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, ou seja, o presente instrumento não apresenta nenhuma característica própria que justifique a admissão de empresas em consórcio. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantagem buscada pela Administração.

**h. Microempresa/ Empresa de Pequeno Porte - EPP (Lei Complementar 123/2006 E Lei complementar Nº 147/2014)**

Será admitida a participação de ME e EPP, porém, aplicar-se-á a norma prevista pelo art. 49, III, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sendo dispensado tratamento diferenciado às microempresas ou empresas de pequeno porte, em razão da perda de economia de escala, o que traria prejuízos à Administração Pública Municipal.

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	67
Rubrica	

#### **i. Sociedades Cooperativas**

Fica vedada a participação de cooperativa. A vedação é justificada pela natureza do serviço que será prestado, incompatível com as características das cooperativas, uma vez que as tarefas não seriam passíveis de execução com autonomia pelos cooperados, sem relação de subordinação com a cooperativa, evitando-se a eventual responsabilidade subsidiária do Poder Público pelo inadimplemento dos encargos trabalhistas, na forma do Enunciado 331 do TST.

### **10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **a. Condição da Execução**

**A empresa contratada deverá apresentar seu cronograma físico-financeiro em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato,** baseado no modelo adotado por esta Administração. O referido documento será submetido à aprovação pela FISCALIZAÇÃO.

Os serviços deverão ser iniciados imediatamente após o recebimento da ordem de início emitida pela Diretoria Operacional de Parques e Jardins e o seu prazo de execução será 12 (doze) meses, a contar da emissão da Ordem de Início, conforme cronograma físico-financeiro.

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. Ressalta-se que os serviços objeto desta contratação são considerados contínuos (art. 6º, XV, da Lei Federal nº 14.133/2021).

O cronograma de realização dos serviços: a execução, além do acima exposto, deverá respeitar o seu respectivo Cronograma e terá como prazo o período de 12 (doze) meses, contados da ordem de início.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

#### **b. Local da prestação dos serviços:**

Os serviços objeto da contratação serão realizados ao longo da Rodovia Amaral Peixoto RJ – 106, no trecho que compreende o território do município de Maricá/RJ, conforme descrições contidas no Estudo Técnico Preliminar, Memoriais Descritivos e demais anexos.

#### **c. Responsabilidade pela qualidade da execução**

A contratada será responsável pela adequada execução dos serviços, devendo refazer, sem ônus para a Administração, quaisquer serviços executados em desacordo com as especificações técnicas ou que apresentem falhas decorrentes de erro de execução.

Nos serviços de implantação, a contratada deverá substituir as mudas que não apresentarem desenvolvimento adequado quando comprovado erro técnico na execução, sem prejuízo das demais obrigações contratuais.

#### **d. Garantia da Contratação**

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	68
Rubrica	

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

A garantia respeitará os limites legais elencados nas legislações pertinentes a matéria, como também o princípio da razoabilidade, exigindo-se para a presente contratação garantia de execução contratual na razão de 1% (um por cento) do valor do contrato, no ato de sua assinatura, sendo posteriormente liberada com a plena execução do contrato.

Qualquer que seja a modalidade de garantia escolhida pelo licitante, deverá prever a cobertura para os seguintes eventos, dentro outros:

Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;

Prejuízos diretos causados à contratada decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela contratada.

Ocorrendo aumento no valor contratual decorrente de acréscimos de obras ou serviços, o Contratado, por ocasião da assinatura do Termo Aditivo, deverá proceder ao reforço da garantia inicial, no mesmo percentual previsto.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

**e. Materiais a serem disponibilizados:**

A CONTRATADA fornecerá todos os materiais necessários à execução eficiente dos serviços descritos neste projeto básico. Os materiais utilizados deverão ser novos (sem uso) e originais.

Na hipótese da substituição de qualquer material fornecido pela Contratada, por motivo de imperfeição, o mesmo deverá ser repostado, sem ônus para a Contratante.

Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser comprovadamente de primeiro uso e devem atender aos padrões especificados e às normas da ABNT.

Além dos procedimentos técnicos aqui indicados, terão validade, para todos os fins de direito, as normas editadas pela ABNT, da SOMAR e demais normas pertinentes, direta e indiretamente relacionadas com os materiais e serviços objetos do contrato.

**11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO - Art. 59 ao 67 do Decreto Municipal nº 078/2025**

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	69
Rubrica	

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **a. Preposto**

A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

#### **b. Fiscalização**

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	70
Rubrica	

A Comissão de Fiscalização será indicada pela Diretoria Operacional de Parques e Jardins, e exercida por pessoas qualificadas, de seus quadros ou não, podendo, durante o período do contrato, desde a emissão da Ordem de Serviço até o recebimento da obra, exigir da Contratada, as adequações, alterações e substituições de material e mão de obra, troca de equipamentos, paralisação total ou parcial dos serviços ou qualquer ato conveniente ao interesse público.

A atuação da Comissão de Fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos causados a terceiros ou a própria Contratante.

Cabe à Contratada, total responsabilidade na execução dos serviços, equipamentos, inclusive de segurança, uniformes e condições de limpeza e organização do serviço, disponibilizando todos os meios necessários para que todos os serviços sejam executados rigorosamente em concordância com o disposto nos Projetos, especificações técnicas, normas e métodos pertinentes da ABNT, em observância aos prazos e demais condições contratuais estabelecidas.

Na ocorrência de comprovada impossibilidade de se adquirir e empregar um material especificado na planilha de quantitativos de itens, a sua substituição deverá ser solicitada ficando a juízo da Comissão de Fiscalização e aprovação da Contratante.

A Comissão de Fiscalização deverá ter pleno acesso às informações necessárias e aptas a permitir a medição dos serviços executados, bem como a inspeção das instalações da obra, dos materiais e dos equipamentos, independentemente das inspeções e medições para efeito de faturamento.

Caso seja verificada a ocorrência de condições e/ou situações diversas àquelas indicadas neste documento ou no Projeto Básico referente a esta contratação, que possam vir a alterar os prazos estabelecidos, o quantitativo e a qualidade dos serviços, deverá a Contratada notificar, por escrito, a Comissão de Fiscalização, no prazo máximo de até 48h (quarenta e oito horas), a contar da constatação da ocorrência.

Ficarão registradas no Diário de Obra (em folhas numeradas e em três vias) as ordens, reclamações, advertências e indicações técnicas, expedidas pela Comissão de Fiscalização, as quais a Contratada se obriga a cumprir, independentemente de qualquer comunicação oficial.

A Comissão de Fiscalização poderá, a qualquer tempo, exigir o exame ou ensaio de laboratório de qualquer material que se apresente duvidoso, bem como poderá ser exigido um certificado de origem e qualidade, correndo sempre estas despesas por conta da Contratada.

Todos os serviços e materiais empregados na execução da obra deverão obedecer rigorosamente:

- I.** As normas e especificações constantes no presente Projeto Básico;
- II.** As normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- III.** Aos regulamentos das empresas concessionárias;
- IV.** As normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	71
Rubrica	

Ficam reservados à Comissão de Fiscalização o direito e a autoridade para resolver todos e quaisquer casos singulares, duvidosos, omissos, não previstos no Contrato, nas especificações, no projeto e demais situações que, direta ou indiretamente, tenham correlação com os serviços.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **c. Fiscalização Técnica**

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI) (Art. 59 e 60 do Decreto Municipal nº 078/2025);

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II) (Art. 59 e 60 do Decreto Municipal nº 078/2025);

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III) (Art. 59 e 60 do Decreto Municipal nº 078/2025);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV) (Art. 59 e 60 do Decreto Municipal nº 078/2025);

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V) (Art. 59 e 60 do Decreto Municipal nº 078/2025);

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII) (Art. 59 e 60 do Decreto Municipal nº 078/2025).

#### **d. Fiscalização Administrativa**

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022) (Art. 59 e 60 do Decreto Municipal nº 078/2025).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV) (Art. 59 e 60 do Decreto Municipal nº 078/2025).

#### **e. Gestor do Contrato**



SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	72
Rubrica	

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV) (Art. 59 e 60 do Decreto Municipal nº 078/2025).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II) (Art. 59 e 60 do Decreto Municipal nº 078/2025).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III) (Art. 59 e 60 do Decreto Municipal nº 078/2025).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII) (Art. 59 e 60 do Decreto Municipal nº 078/2025).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X) (Art. 59 e 60 do Decreto Municipal nº 078/2025).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI) (Art. 59 e 60 do Decreto Municipal nº 078/2025).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **a. Medição**



SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	73
Rubrica	

As medições dos serviços serão realizadas, pela Fiscalização, mediante solicitação expressa da Contratada, que deverá dar entrada formalmente no pedido ao Órgão.

As medições deverão ocorrer da seguinte forma: Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período (aproximadamente 30 dias). Sob pena de não realização, as medições devem ser precedidas de solicitação da CONTRATADA, com antecedência de 5 (cinco) dias, instruída com os seguintes elementos:

- Relatório escrito e fotográfico, em meio físico e digital;
- Cronograma refletindo o andamento da obra;
- Comprovante de recolhimento do FGTS e INSS dos funcionários vinculados ao contrato;
- e
- As medições serão registradas em planilhas que conterão a discriminação dos serviços, as quantidades medidas e seus preços, e serão acompanhadas de elementos elucidativos adequados, como memórias de cálculo, desenhos, catálogos, etc.

Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

As medições serão acompanhadas por representantes do CONTRATANTE e da CONTRATADA, sendo que eventuais divergências serão sanadas pelo representante do CONTRATANTE.

As medições serão realizadas em conformidade com a quantidade de serviços executados pela contratada, podendo ser total ou parcial, diante das averiguações constatadas “*in loco*” pelo fiscal/responsável técnico da Diretoria Operacional de Parques e Jardins.

Após constatação do valor total ou parcial pelo fiscal, a Contratada poderá emitir a nota fiscal correspondente à medição e enviar ao setor de fiscalização acompanhada dos comprovantes dos recolhimentos relativos às leis sociais e fiscais, para fins de “atesto” e envio aos demais setores competentes.

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- I. não produziu os resultados acordados;
- II. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- III. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

#### **b. Recebimento**

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	74
Rubrica	

Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022) (Art. 59 e 60 do Decreto Municipal nº 078/2025).

O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022) (Art. 59 e 60 do Decreto Municipal nº 078/2025).

O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022) (Art. 59 e 60 do Decreto Municipal nº 078/2025).

O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	75
Rubrica	

- I. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022) (Art. 59 e 60 do Decreto Municipal nº 078/2025).
- II. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- III. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- IV. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- V. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

### **c. Liquidação**

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	76
Rubrica	

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

#### **d. Prazo De Pagamento**

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	77
Rubrica	

O pagamento será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

**O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, em moeda corrente nacional, e somente será realizado após “atesto” do representante da SOMAR na Nota Fiscal apresentada pela Contratada, o qual somente ocorrerá caso tenha sido comprovado o cumprimento das demais obrigações, inclusive quanto à regularidade fiscal.**

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

#### **e. Forma de Pagamento**

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **13. DOS ADITIVOS, ALOCAÇÃO DE RISCOS E RECOMPOSIÇÃO**

#### **Dos Aditivos**

Em conformidade ao disposto no Art. 133 da Lei nº 14.133 de 2021, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

- I. para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;
- II. por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 desta Lei;
- III. por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46 desta Lei;
- IV. por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

#### **b. Alocação de Riscos**

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	78
Rubrica	

A Matriz de Risco é uma ferramenta que permite aos gestores mensurar, avaliar e ordenar os eventos de riscos que podem afetar o alcance dos objetivos do processo da unidade e, consequentemente, os objetivos estratégicos do empreendimento. Tem por objetivo estabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em relação ao ônus financeiro decorrente de riscos ocorridos durante a execução contratual.

A Contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido nos Anexos MATRIZ DE RISCO. Contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste, cuja responsabilidade é do Contratante, conforme estabelecido nos Anexos MATRIZ DE RISCO.

Constitui peça integrante do contrato, independentemente de transcrição no instrumento respectivos Anexos MATRIZ DE RISCO.

O termo risco neste contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do empreendimento. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere provável prejuízo econômico.

A análise dos riscos associados ao empreendimento é realizada com base nas informações contidas nos Anexos MATRIZ DE RISCO.

Ao apresentar proposta, a Licitantes declara:

- Ter pleno conhecimento na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato; e
- Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

#### **c. Da Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro**

Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantida as disposições do Contrato e da MATRIZ DE RISCO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na MATRIZ DE RISCO.

Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

## **14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	79
Rubrica	

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, utilizando-se o **MODO DE DISPUTA ABERTO**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, em consonância com o art. 6, XXI, alínea “a”, XLI, art. 17, §2º, art.28, I, e art. 56, I da Lei 14.133/2021.

A definição da modalidade, critério de julgamento e modo de disputa adotados foi realizada com fundamento na Lei nº 14.133/2021, de forma a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme detalhado a seguir:

1 Modalidade Pregão: tal escolha, fundamenta-se no art. 6, XXI, alínea “a”, XLI, da Lei 14.133/2021, que permite a adoção dessa modalidade para a contratação de serviços de engenharia comum. Classificamos os serviços descritos neste instrumento como serviços de engenharia de natureza comum, por se tratarem de ações padronizáveis, sem complexidade técnica relevante, cujas especificações podem ser definidas de forma objetiva.

Com base nessa classificação, optou-se pela modalidade Pregão Eletrônico, por ser mais transparente, célere e adequada à natureza do objeto, além de usualmente aplicada por diversos órgãos públicos em contratações similares. A classificação como serviço comum de engenharia decorre de análise predominantemente técnica, conforme previsto no art. 6º, inciso XXI, alínea “a” da Lei nº 14.133/2021, que define:

“Serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.”

O objeto deste Projeto Básico, enquadra-se nesse conceito, por consistir em serviços padronizados, executados com técnicas usuais no mercado e sem exigência de soluções complexas ou customizadas.

Ainda de acordo com o art. 29 da Lei 14.133/2021, é cabível a adoção do Pregão para contratações cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, o que é plenamente viável no presente caso. Além disso, o parágrafo único do mesmo artigo reforça que o pregão é aplicável aos serviços de engenharia definidos na alínea “a” do art. 6º, XXI.

Destaca-se, ainda, que as medições serão realizadas com base em tabelas referenciais de preços (EMOP/SCO), sendo o critério de julgamento o de maior desconto, o que reforça a objetividade do certame e a compatibilidade com a modalidade escolhida.

Diante do exposto, restando plenamente caracterizada a natureza comum do objeto e a possibilidade de definição clara de seus parâmetros técnicos e econômicos, a utilização do Pregão Eletrônico se mostra legal, adequada e vantajosa para a Administração Pública.

**2. Critério de Julgamento pelo Menor Preço Global: A adoção do critério de julgamento pelo menor preço global justifica-se em razão da natureza integrada dos serviços que compõem o objeto da contratação, os quais apresentam elevada interdependência técnica e operacional.**

Os serviços de implantação, conservação e gestão de jardinagem e paisagismo nos canteiros ao longo da Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106) compreendem um conjunto de atividades complementares e interligadas, tais como preparo do solo, adubação, fornecimento e plantio de espécies vegetais, implantação de gramados, utilização de insumos específicos, bem como serviços contínuos de manutenção, incluindo podas, replantios, adubação periódica, e conservação das áreas verdes.

Tais atividades são executadas de forma sequencial e integrada, sendo necessária a padronização de métodos, técnicas de manejo, espécies utilizadas e procedimentos operacionais, de modo a garantir



SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	80
Rubrica	

a uniformidade paisagística e a adequada conservação dos canteiros ao longo de toda a extensão da rodovia.

A eventual divisão do objeto por itens ou a contratação de múltiplos fornecedores poderia gerar dificuldades de coordenação operacional, conflitos de responsabilidade técnica, despadronização dos serviços e prejuízo à qualidade e continuidade da execução contratual, além de aumentar significativamente os custos administrativos relacionados à fiscalização e à gestão do contrato.

Esse critério está alinhado ao ciclo de vida do objeto, pois permite avaliar o impacto econômico total da contratação. Dessa forma, entende-se que a adjudicação pelo menor preço global se mostra tecnicamente mais adequada e economicamente mais vantajosa para a Administração Pública.

**3. Modo de Disputa Aberto: A adoção do Modo de Disputa Aberto foi considerada mais vantajosa, pois permite lances sucessivos entre os licitantes, aumentando a competitividade e potencializando a obtenção da melhor proposta para a Administração. Além disso, a transparência do processo reduz riscos de conluio e possibilita uma negociação mais eficiente dos valores ofertados.**

Essa combinação se mostra a mais adequada e eficiente para garantir a seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração, considerado todo o ciclo de vida do objeto, em conformidade com o art. 33, §1º, da Lei nº 14.133/2021, vez que a contratação objeto trata-se de serviço comum de engenharia, cuja execução demanda padronização técnica, continuidade e economicidade.

Dessa forma, a combinação dos parâmetros adotados está alinhada aos princípios da economicidade, competitividade e eficiência, proporcionando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, considerando todo o ciclo de vida do objeto.

**O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de R\$ 000,01 (um centavo) de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.**

**a) Regime de execução**

O regime de execução do contrato será o **Regime de Empreitada por Preço Unitário**, nos moldes do artigo 46 da Lei nº 14.133/2021

**b) Apresentação das propostas**



SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	81
Rubrica	

A proposta de preço deverá contemplar os seguintes documentos:

- Carta proposta, com os dados da empresa, descrição do objeto da licitação, o valor total de sua proposta em numeral e por extenso, contendo ainda prazo de validade, local e data, bem como a assinatura do respectivo representante legal;
- Planilha orçamentária, agrupada por etapas de serviços, contendo nº do item, descrição do serviço, quantidade (obrigatoriamente igual à planilha da Administração), preço unitário, preço total, conforme Planilha Orçamentária da Administração;
- Composição de custos unitários e composições auxiliares de todos os serviços presentes na planilha orçamentária, conforme modelo de COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS E COMPOSIÇÕES AUXILIARES, demonstrando todos o consumo e índices de produtividades dos insumos envolvidos em cada atividade a ser executada. Como complemento, as composições onde os serviços são estritamente específicos, gerados através das pesquisas de mercado ou definição através da variação de fornecedor(es) (sem deixar de se cumprir fielmente o projeto e, em observância ao princípio da economicidade e competitividade), o detalhamento da composição foi definida com os insumos e mão de obra base, com o maior grau possível de detalhamento.
- Composição de BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelos da ADMINISTRAÇÃO. Ressalta-se que as alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária a qual a empresa é optante;
- Composição de Encargos Sociais; e
- Curva ABC de Serviços com BDI.
- Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- Pregão Eletrônico será realizada em itens distintos, sendo apurado o valor da proposta por meio da tabela denominada Planilha Orçamentária, que deverá ser disponibilizada em formato .docx ou .xlsx, devendo o licitante oferecer proposta na forma indicada.
- Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- Serão desclassificadas as propostas após a fase de lances:
- Propostas que ultrapassem os preços unitários e o valor global estimados no presente Projeto Básico;
- Propostas que não tiverem sua exequibilidade demonstrada;
- Propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado conforme valor total previsto;
- Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste Projeto;

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	82
Rubrica	

- Formulada por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do presente certame licitatório;
- Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital; e
- Contiverem vícios insanáveis.

O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, prorrogável, a pedido da Administração.

Não será admitida a modificação da proposta pelo licitante que aceitar prorrogar a sua validade.

**c) Critérios de aceitabilidade de preços**

O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários para cada um dos itens constantes do orçamento, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021).

Para o objeto sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global, conforme valor estimado da licitação.

**d) Exigências de habilitação**

**Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:**

**Habilitação jurídica**

Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício; e

Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	83
Rubrica	

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

#### **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;**

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, do estado sede da Licitante.

Prova de regularidade com a Fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos à Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

Para fins de qualificação Econômico-financeira deverão ser apresentados:

- Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- Certidão negativa de Falência ou Concordata ou Insolvência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitidas até 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital, exceto quando dela constar o prazo de validade - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *apud*, inciso II);

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	84
Rubrica	

- No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.
- A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pela autoridade judiciária de sua comarca, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falência ou concordatas, ou a Certidão dos Cartórios da Comarca para fins de Licitação Pública, exceto se a empresa estiver sediada no Município de Maricá.
- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) igual ou superiores a 1 (um);

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

Deverá ser apresentada declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Para fins de verificação dos atestados, serão observadas as datas de aberturas da ART ou RRT, data de emissão da CAT, prazos de execução, entre outros.

Em casos de dúvidas, a Administração poderá solicitar à licitante cópia do Contrato, cópia da ART/RRT, e/ou originais, para fins de esclarecimentos.

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	85
Rubrica	

Em qualquer hipótese de subcontratação, o CONTRATANTE solicitará documentação complementar (contratos, atestados, etc) a respeito da qualificação técnica da pretensa subcontratada, com a finalidade de resguardar a boa execução do contrato.

Os atestados solicitados visam qualificar o procedimento e resguardar esta Autarquia com a participação de empresas que possuam infraestrutura adequada em razão das características dos trabalhos.

Apresentação do Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) expedida pelo referido Conselho da região da sede da empresa, que deve apresentar rigorosamente a situação atualizada da empresa;

### **Qualificação técnica operacional**

A definição dos requisitos de qualificação técnica operacional observou estritamente o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, assegurando-se transparência, proporcionalidade e adequação entre as exigências formuladas e as características do objeto contratado.

Nos termos do art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei 14.133/2021, a exigência de atestados de capacidade técnico-operacional foi restrita às parcelas de maior relevância, entendidas como aquelas cujo valor individual corresponde a 4% (quatro por cento) ou mais do valor total estimado da contratação. Dessa forma, procedeu-se à análise da composição orçamentária desta contratação, identificando-se como parcela(s) de maior relevância aquelas que:

- apresentam impacto significativo na execução e nos resultados do objeto;
- possuem maior complexidade técnica e necessidade de manejo especializado;
- representam valor individual igual ou superior ao limite legal de 4%.

A partir dessa análise, foram estabelecidos os critérios de qualificação técnica mínima, garantindo pertinência e conexão direta com a execução do objeto, evitando-se exigências desnecessárias ou desproporcionais.

“Art.67(...)

§ 1º *A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.*

§ 2º *Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.”*

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	86
Rubrica	

a) Comprovação de capacidade Técnico Operacional em nome da empresa licitante, que a mesma tenha fornecido os materiais e prestado os serviços de plantio e manutenção, com características semelhantes às licitadas, através de Atestado (s) de Capacidade Técnica, atestados estes fornecidos por entidade pública ou privada, na prestação de serviços com especificidade e complexidade operacional compatível.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

Item	Descrição dos Serviços	Quantidade do Contrato	Percentual Mínimo	Quantidade Comprobatória
1	IRRIGAÇÃO DE GRAMADO COM CAMINHÃO PIPA, INCLUSIVE FORNECIMENTO DE AGUA	DAM2	50%	83.679,60DAM2
2	PLANTIO DE PLANTAS DE COBERTURA DE SOLO ENTRE 0,10 A 0,60M (ITENS 4.12. 4.13, 4.14)	20.919,90 m²	50%	10.459,95 m²
3	PLANTIO DE PLANTAS DE COBERTURA DE SOLO ENTRE 0,60 A 1,50M	6.973,30M²	50%	3486,65M²
4	MANUTENÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DE AREAS AJARDINADAS, CORTE DE FOLHAS E RAMOS SECOS, RETIRADA DE PARASITAS, LIMPEZA E REPLANTIO	1.045.995,00 M²	50%	552997,5 M²

Em conformidade com o art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei 14.133/2021, e observadas as parcelas anteriormente definidas como de maior relevância, será exigida a comprovação de aptidão mediante apresentação de certidões ou atestados que demonstrem a execução prévia de serviços compatíveis em complexidade tecnológica e operacional com o objeto desta contratação.

Para fins de comprovação, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU/BR – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, em nome da empresa participante e de seu (s) Responsável (is) Técnico (s), dentro da validade, comprovando habilitação no ramo da Engenharia Agrônômica, e certidão de responsabilidade técnica em atendimento à Resolução CONFEA nº 266 de 15/12/79 e Lei Federal nº 12.378/10.

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	87
Rubrica	

- Prova de possuir disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados à realização do objeto da licitação, apresentando relação explícita e declaração formal das disponibilidades exigidas, nos termos do inciso III, do artigo 67 da Lei 14.133/21.
- Licença junto ao Instituto Estadual Ambiental do Rio de Janeiro – Inea ou órgão competente, para transporte rodoviário de resíduos, para serviços de jardinagem profissional, manutenção de áreas verdes, paisagismo conforme NOP-INEA-16 e NOP-INEA-26.
- Comprovação no ato da homologação, de possuir a LPU – Licença de Porte e Uso de moto-serra expedido pelo IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, relativo aos equipamentos Moto-serra e Moto-poda em atendimento à Portaria 149 de 30 de dezembro de 1992 do IBAMA.
- Registro ou Inscrição no RENASEM – (Lei Federal nº 10.711/2003 – art. 8º - Decreto 10.586 18.12.2020) – para fornecimento de mudas e plantas, bem como o RENASEM do responsável técnico da empresa.
- Certificado de Regularidade – CR da empresa licitante junto ao IBAMA – (Instrução Normativa nº 13 de 23 de agosto de 2021), Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP.
- Prova de Registro ou inscrição em nome da licitante no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas (DFIA/DAS) – SIPEAGRO.

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **Capacidade Técnica profissional**

a) Responsável técnico habilitado:

Comprovação de registro ou inscrição regular do responsável técnico no CREA ou CAU, conforme a natureza da atividade, com atribuições profissionais compatíveis com a execução integral do objeto desta licitação, notadamente:

Item	Descrição dos Serviços
1	ROCADO DE VEGETACAO COM ROCADEIRA COSTAL MOTORIZADA, INCLUSIVE AJUNTAMENTO DO MATERIAL RESULTANTE



SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	88
Rubrica	

2	PLANTIO DE PLANTAS DE COBERTURA DE SOLO ENTRE 0,10 A 0,60M (ITENS 4.12. 4.13, 4.14)
3	PLANTIO DE PLANTAS DE COBERTURA DE SOLO ENTRE 0,60 A 1,50M
4	MANUTENÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DE AREAS AJARDINADAS, CORTE DE FOLHAS E RAMOS SECOS, RETIRADA DE PARASITAS, LIMPEZA E REPLANTIO

b) Comprovação das atribuições:

A compatibilidade das atribuições será demonstrada por ART(s) (Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica) ou RRT(s), e, quando couber, por CAT (Certidão de Acervo Técnico) ou documentos equivalentes emitidos pelos respectivos Conselhos, independentemente de quantitativos mínimos, desde que descrevam atividades técnicas correlatas às acima elencadas.

c) Vínculo com a licitante:

O responsável técnico poderá ser diretor, sócio, empregado do quadro permanente ou prestador de serviços, devendo a vinculação com a licitante estar vigente até a data da habilitação, comprovada por CTPS, ficha de registro, contrato de prestação de serviços ou contrato/ato societário, conforme o caso.

O contrato de prestação de serviços que verse sobre responsabilidade técnica deverá vincular o profissional à execução integral do objeto.

d) Exclusividade e substituição:

A indicação de um mesmo profissional por mais de um licitante acarretará a inabilitação de todos os envolvidos. Eventual substituição do responsável técnico somente poderá ocorrer mediante anuência da Administração, com profissional de igual ou superior habilitação e atribuições.

e) Informações complementares:

A Administração poderá solicitar, a qualquer tempo, elementos adicionais de verificação (ex.: cópia de contratos que originaram as ART/RRT/CAT, dados de contato das contratantes, endereços das obras/serviços), para confirmar a legitimidade e a compatibilidade técnica.

Observação: Os quantitativos mínimos exigidos para comprovação de experiência permanecem restritos à Qualificação Técnica Operacional, conforme tabela já apresentada (itens 1 e 2). Para a



SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	89
Rubrica	

Capacidade Técnica Profissional, não se exige metragem mínima, exigindo-se apenas habilitação e atribuições compatíveis com o objeto.

## 15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento desta Autarquia:

UNIDADE	PROGRAMA DE TRABALHO	DESPESA	ORIGEM DE RECURSOS

## 16. DAS OBRIGAÇÕES

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

O contrato será regido pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a eles serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

### Obrigações da Contratada

A Contratada terá dentre outras cláusulas previstas nos instrumentos legais, as seguintes obrigações:

- i. Declarar, no ato de assinatura do contrato, que dispõem dos profissionais indicados no Memorial Descritivo, anexo ao presente documento, com qualificação compatível, bem como registro do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;
- ii. A Contratada executará o serviço no prazo estabelecido pela Contratante, nas descrições pré-estabelecidas, entregando-a em perfeito estado de conservação;
- iii. Observar as normas técnicas relacionadas com o objeto lícitado no Memorial Descrito que acompanha o presente processo;
- iv. Apresentar os comprovantes de recolhimentos dos impostos, taxas e contribuições resultantes da execução do objeto lícitado e contratado, nos termos do art. 31, da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, quando da apresentação de cada boleto de cobrança correspondente;
- v. A Contratada manterá, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- vi. Apresentar anexo à Proposta de Preços, contendo planilha de quantitativos que expresse a composição de todos os custos unitários, com a indicação da respectiva data-base (mês/ano);
- vii. A Contratada é responsável pelos encargos fiscais e comerciais, resultantes da execução direta ou indireta do contrato;
- viii. A Contratada deve respeitar a legislação municipal, em especial o Código de Postura do Município e as disposições legais Estaduais e Federais que sejam pertinentes à execução dos serviços;

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	90
Rubrica	

- ix. É obrigação da Contratada, reparar e corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual, no prazo de 15 (quinze) dias para vícios de habitabilidade e acabamento e 30 (trinta) dias para vícios de solidez e segurança, após notificação da Diretoria Operacional de Parques e Jardins;
- x. A Contratada deverá dispor de funcionários especializados, veículos e equipamentos de segurança em quantidade suficiente para execução dos serviços.
- xi. A Contratada executará o contrato de acordo com suas cláusulas, os termos do instrumento convocatório, a legislação vigente, sendo responsável por qualquer prejuízo por sua inadimplência nos moldes da legislação vigente;
- xii. A Contratada não efetuará soluções parciais ou improvisadas, ou que não atendam a melhor técnica preconizada para os serviços objetos desta licitação. Somente efetuará adequações para solucionar eventuais problemas de execução mediante anuência da Comissão de Fiscalização e autorização do Diretor Responsável;
- xiii. A Contratada deverá respeitar toda a legislação vigente e em especial a trabalhista;
- xiv. A contratada deverá apresentar no início da execução do seu contrato, cronograma físico-financeiro, respeitando o limite máximo em meses estabelecidos pela contratante;
- xv. A contratada deverá apresentar, no início da execução dos serviços, a distância da locação ou deslocamento dos equipamentos pesados e containers para o local efetivo dos serviços, para efeito de pagamento dos serviços de transporte dos mesmos.

#### **Obrigações da Contratante**

- i. Designar 3 (três) gestores da Diretoria Operacional de Parques e Jardins, para acompanhamento, fiscalização, validação e aprovação da execução contratual;
- ii. A Contratante orientará, acompanhará e fiscalizará a execução e bom andamento dos serviços;
- iii. Verificar as guias de recolhimento dos encargos fiscais, devidos pela Contratada em função da execução do contrato;
- iv. Manifestar-se, por escrito, sobre os relatórios e demais elementos fornecidos pela contratada, bem como exigir a adoção de providências necessárias à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados nos bens adquiridos;
- v. A Diretoria Operacional de Parques e Jardins é responsável para promover as devidas adequações e dirimir qualquer omissão constante neste e nos demais documentos contratuais.

### **17. FORO**

Ficará eleito o FORO DA COMARCA DE MARICÁ para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Projeto Básico, assim como do Edital de Convocação e do contrato que o sucederão, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	91
Rubrica	

Maricá, 30 de março de 2026.

Elaborado por:

---

Paulo Henrique da Silva Oliveira  
Engenheiro Civil – CREA nº 2018102000  
Mat.: 500.506  
De acordo:

---

Francisco de Assis Ignácio Lameira  
Diretor Operacional de Parques e Jardins  
Mat.: 500.006

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	92
Rubrica	

## ANEXO II DO PROJETO BÁSICO:

Acesso disponível no link abaixo:

[https://drive.google.com/drive/folders/1RpY\\_HCJznpeLV8Uc7U\\_embLMiunNiIcX?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1RpY_HCJznpeLV8Uc7U_embLMiunNiIcX?usp=sharing)

Podendo ser remetidas por e-mail, no site [www.somar.rj.gov.br](http://www.somar.rj.gov.br) – Portal da Transparência ou entregues em pen drive se o Edital for retirado na CPL.

- Análise de Vantajosidade
- Cronograma Físico Financeiro
- Custos Reutilizáveis
- Custos Unitários – Adm. Local
- Custos Unitários
- ETP
- Mapa e Matriz de Riscos
- Memória de Cálculo
- Memória de Cálculo – Adm. Local
- Memória de Cálculo – Mão de Obra
- Memorial Descritivo
- Planilha Orçamentária
- BDI
- Composições

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	93
Rubrica	

**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA**

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Maricá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	94
Rubrica	

**ANEXO V**  
**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO**

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Maricá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

CONTRATADA  
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	95
Rubrica	

**ANEXO VI**  
**DECLARAÇÃO - ART. 9º, § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

(em papel timbrado da empresa)

*[denominação/razão social da sociedade empresarial]*

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº \_\_\_\_\_.

*[endereço da sociedade empresarial]*

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não participam dos nossos quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses.

DECLARAMOS, ainda, que não participam de nossos quadros funcionais agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

Maricá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

CONTRATADA  
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	96
Rubrica	

**ANEXO VII**  
**DECLARAÇÃO REF. EMPREGO DE MENOR**

(em papel timbrado da empresa)

\_\_\_\_\_ [órgão ou entidade licitante] Ref. Licitação nº \_\_\_\_/\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ [denominação/razão social da sociedade empresarial],  
inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por  
intermédio do seu(sua) representante legal o(a) Sr.(a)  
\_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº \_\_\_\_\_,  
DECLARA, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei Federal nº 14.133/2021, que não  
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de  
dezesesseis anos.

Ressalva: ( ) Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Maricá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA  
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	97
Rubrica	

**ANEXO VIII**  
**DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO – ART. 63, INCISO I E §1º, DA LEI**  
**FEDERAL N.º 14.133/2021**

(em papel timbrado da empresa)

*[denominação/razão social da sociedade empresarial]*

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº \_\_\_\_\_.

*[endereço da sociedade empresarial]*

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei. Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Maricá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

CONTRATADA  
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	98
Rubrica	

**ANEXO IX**  
**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART. 63, IV, DA**  
**LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

(em papel timbrado da empresa)

*[denominação/razão social da sociedade empresarial]*

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº \_\_\_\_\_.

*[endereço da sociedade empresarial]*

Considerando o disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Maricá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

CONTRATADA  
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	99
Rubrica	

**ANEXO X**  
**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA**  
**DO TRABALHO**

DECLARO, sob a penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto ao(à)  
\_\_\_\_\_ [órgão ou entidade *CONTRATANTE*], que, na execução do presente  
contrato, são devidamente observadas as normas de saúde e segurança do trabalho pertinentes.

Maricá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

CONTRATADA  
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, cargo e *carimbo da empresa*)

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	100
Rubrica	

**ANEXO XI**  
**MODELO DE INDICAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES**

(em papel timbrado da empresa)

*[denominação/ razão social da sociedade empresarial]*

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº \_\_\_\_\_.

*[endereço da sociedade empresarial]*

Informamos que as instalações dedicadas ao desempenho das nossas atividades relacionadas ao cumprimento do contrato objeto desta licitação estão localizadas na \_\_\_\_\_ *[endereço das instalações]*, acompanhando a presente declaração cópia do respectivo Alvará de Funcionamento.

Maricá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

CONTRATADA  
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	101
Rubrica	

**ANEXO XII**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA**

(em papel timbrado da empresa)

*[denominação/ razão social da sociedade empresarial]*

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº \_\_\_\_\_.

*[endereço da sociedade empresarial]*

Em atendimento à previsão legal contida no art. 67, VI da Lei Federal nº 14.133/2021, \_\_\_\_\_ [nome completo do representante legal da empresa], DECLARO que o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_ [nome completo do profissional indicado da empresa], profissional indicado por essa empresa, realizou visita para fins de vistoria técnica ao \_\_\_\_\_ [local ou equipamento visitado], acompanhado do respectivo responsável, tendo tomado ciência de todas as condições locais para o cumprimento das obrigações inerentes ao objeto da licitação na modalidade \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, as quais serão consideradas quando da elaboração da proposta que vier a ser apresentada.

Maricá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Agente Público

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

\_\_\_\_\_  
Profissional indicado pela Empresa

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

\_\_\_\_\_  
Representante Legal da Empresa

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	102
Rubrica	

### ANEXO XIII

#### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE RECEBEU TODOS OS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES NECESSÁRIOS PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO**

(em papel timbrado da empresa)

Ref.: (identificação da licitação)

\_\_\_\_\_(nome da empresa), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada  
\_\_\_\_\_(endereço completo), declara, sob as penas da lei, que  
recebeu todos os documentos necessários para participar da licitação e de que tomou conhecimento  
de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

Maricá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

CONTRATADA  
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	103
Rubrica	

## ANEXO XIV MINUTA CONTRATUAL

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE OBRA DE MARICÁ – SOMAR, COMO CONTRATANTE, E A \_\_\_\_\_ [empresa contratada], COMO CONTRATADA, PARA \_\_\_\_\_ [AQUISIÇÃO/FORNECIMENTO/SERVIÇO DE ENGENHARIA].

A AUTARQUIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS DE OBRA DE MARICÁ - SOMAR, pessoa jurídica de Direito Público, entidade vinculada a Administração Pública indireta, criada pela Lei Complementar nº 306, de 13 de dezembro de 2018, inscrita no CNPJ sob o nº 32.356.680/0001-77, com endereço a Rua Raul Alfredo de Andrade, s/nº - Caxito, Maricá/RJ, CEP: 24.910-530, seguir denominado CONTRATANTE, representado pelo [Diretor competente para firmar o contrato], e a sociedade \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_ [endereço da sociedade CONTRATADA], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por \_\_\_\_\_ [representante da sociedade adjudicatária] têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do \_\_\_\_\_ [PREGÃO ELETRÔNICO/CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA] Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, realizado por meio do processo administrativo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/1990 e suas alterações, pelos Decretos Municipais nº 881/2022, 882/2022, 914/2022, 921/2022, 922/2022, 78/2025 e 937/2022, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Contrato é a \_\_\_\_\_ [descrever o objeto licitado], devidamente descritos, caracterizados e especificados no Projeto Básico (Anexo \_\_\_\_ do Edital de Pregão Eletrônico/Concorrência Eletrônica nº \_\_\_\_\_), na forma abaixo descrita:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:					R\$

**Parágrafo Único** – O objeto do presente Contrato será entregue/instalado/prestado em \_\_\_\_\_ [descrever condições e prazos de entrega e instalação, se for o caso], com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais, e especiais contidos no processo administrativo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, no presente contrato, no Edital que deu origem à presente contratação e seus anexos, especialmente, no Termo de Referência, bem como em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE.

### CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (por extenso).

### CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias, a contar da data contados da data de adimplemento da parcela correspondente, devendo o processo de pagamento ser instruído nos documentos previstos no art. 73 do Decreto Municipal nº 078/2025, no que couber.

**Parágrafo Primeiro** – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do efetivo fornecimento realizado e aceito, sem que o(a) \_\_\_\_\_ [órgão ou entidade licitante] esteja obrigado(a) a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto previsto na cláusula segunda não tenha sido regularmente entregue e aceito.



SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	104
Rubrica	

**Parágrafo Segundo** – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no \_\_\_\_\_ [setor competente do órgão ou entidade licitante] e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

**Parágrafo Terceiro** – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à \_\_\_\_\_.

#### **CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE**

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observado o art. 92, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo Primeiro** – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice \_\_\_\_\_.

**Parágrafo Segundo** – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

**Parágrafo Terceiro** - Os efeitos financeiros do pedido de reajuste serão contados da data-base do orçamento, desde que requerido no prazo de 60 (sessenta) dias a partir do aniversário de cada anualidade do Contrato.

**Parágrafo Quarto:** Caso não requerido o reajuste, pelo CONTRATADO, em relação a uma determinada anualidade, ainda poderá requerê-lo, no futuro, em relação às próximas anualidades, desde que observadas as demais cláusulas deste contrato.

**Parágrafo Quinto:** Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha se operado a anualidade do orçamento do contrato, deverá, a requerimento do CONTRATADO, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do CONTRATADO, a ser exercido no prazo previsto no parágrafo primeiro.

**Parágrafo Sexto:** A extinção do Contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado durante a vigência do Contrato, hipótese em que será concedido por meio de termo ajuste de contas/reconhecimento de dívida, observados os efeitos financeiros dispostos no parágrafo primeiro.

**Parágrafo Sétimo:** O reajuste será realizado por apostilamento, se esta for a única providência a ser realizada e desde que observados estritamente os termos do presente contrato.

**Parágrafo Oitavo:** O reajuste dos preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea d, da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo Novo:** Na hipótese em que, antes da data da concessão do reajuste, já houver ocorrido a revisão do Contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, deverá ser levada em consideração a revisão já concedida, de modo a evitar acumulação indevida.

**Parágrafo Décimo:** A decisão sobre o pedido de reajustamento em sentido estrito deve ser feita no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias pela Diretoria Requisitante, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

**Parágrafo Décimo Primeiro:** O prazo referido no parágrafo anterior ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos.

#### **CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 120 (cento e vinte) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO/FORNECIMENTO**

A forma da prestação do serviço/fornecimento dos bens objeto do presente contrato, obedecerá ao Projeto Básico (Anexo \_\_\_\_\_ do Edital da Concorrência Eletrônica nº \_\_\_\_\_).

#### **CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO**

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

**Parágrafo Primeiro** – A Fiscalização da entrega dos bens/prestação dos serviços caberá a comissão designada por ato do \_\_\_\_\_ [titular do órgão]. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	105
Rubrica	

**Parágrafo Terceiro** – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

**Parágrafo Quarto** – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame das especificações dos bens, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

**Parágrafo Quinto** – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos bens adquiridos, à sua entrega e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

**CLÁUSULA NONA – GARANTIA (INSERIR APENAS SE FOR O CASO DE PREVISÃO REQUERIDA PELA SECRETARIA REQUISITANTE. CASO CONTRÁRIO, NÃO INSERIR, RENUMERANDO AS CLÁUSULAS)**

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de no valor de R\$ \_\_\_\_\_ equivalente a 2% (dois por cento) do valor total do Contrato.

**Parágrafo Primeiro** – O (a) [órgão ou entidade] se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

**Parágrafo Segundo** – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão descontados da garantia caso não venham a ser quitados no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**Parágrafo Terceiro** – Em caso de extinção do contrato decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

**1) Caso seja utilizada garantia modalidade de Caução em Dinheiro (art. 96, § 1º, I, 1ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):**

**Parágrafo Quarto** – Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pelo \_\_\_\_\_ [órgão ou entidade], o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

**Parágrafo Quinto** – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

**Parágrafo Sexto** – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

**2) Caso seja utilizada garantia na modalidade de Seguro-Garantia (art. 96, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021):**

**Parágrafo Quarto** – A apólice deverá ter vigência idêntica ao prazo do contrato, acrescido de XX (XXX) dias para apuração de eventual inadimplemento da Contratada — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à seguradora, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, vinculada à reavaliação do risco.

**Parágrafo Quinto** – A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

**Parágrafo Sexto** – No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro-garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do Contratante, antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar-se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

**Parágrafo Sétimo** – As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato.

**Parágrafo Oitavo** – A CONTRATADA encaminhará ao Contratante cópia autenticada das apólices de seguro, antes da assinatura do contrato.

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	106
Rubrica	

**Parágrafo Nono** – A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, – fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

**Parágrafo Décimo** – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

**3) Caso seja utilizada a garantia na modalidade Fiança–Bancária (art. 96, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133/2021):**

**Parágrafo Quarto** – A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

**Parágrafo Quinto** – A fiança bancária será apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.

**Parágrafo Sexto** – A fiança bancária deverá ter prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de XX (XXX) dias para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à instituição financeira.

**Parágrafo Sétimo** – No instrumento de fiança bancária constará renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro, bem como sua expressa afirmação que, como devedor solidário, fará o pagamento ao Contratante, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações.

**Parágrafo Oitavo** – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

**Parágrafo Nono** – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

**4) Caso seja utilizada garantia modalidade Caução Títulos Públicos (art. 96, § 1º, I, 2ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):**

**Parágrafo Quarto** – A contratada entregará, até a data da assinatura do contrato, os Títulos da Dívida Pública emitidos na forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia ou órgão que o suceder, no Órgão responsável pela contratação, para aferição de sua legalidade, registro e anexação ao processo de contratação.

**Parágrafo Quinto** – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

**Parágrafo Sexto** – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO**

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por \_\_\_\_\_ dias/meses contados da assinatura do contrato.

**Parágrafo Primeiro** – O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado ou alterado nos termos dos arts. 105 a 114 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de garantia convencional por conta da CONTRATADA será de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias/meses a contar do \_\_\_\_\_ [recebimento/instalação/aceite], na forma do Projeto Básico, sem prejuízo da garantia legal de adequação do produto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da CONTRATADA:

I – fornecer os bens/serviços de acordo com todas as exigências contidas no Projeto Básico;

II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução do objeto deste Contrato;

III – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;

IV – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	107
Rubrica	

V – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, os bens recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;

VI – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária ao completo fornecimento de bens;

a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município de Maricá ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;

c) as retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município de Maricá ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município de Maricá ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;

d) eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

VII – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do contrato durante todo prazo de execução contratual;

VIII – responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

IX – cumprir ao longo de toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

X – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato.

XI – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XII – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XIII – comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações;

XIV – fornecer amostra ou prova de conceito quando exigido pela Administração, no período de vigência deste Contrato, conforme previsto no Edital e desde que justificada a necessidade de sua apresentação;

XV – efetuar a retenção na fonte do imposto de renda sobre os pagamentos feitos às pessoas físicas e jurídicas, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observadas as exigências constantes no ordenamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

São obrigações do CONTRATANTE:

I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;

II – Realizar a fiscalização do objeto contratado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO**

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pelo órgão requisitante, na forma do Decreto Municipal nº 78/2025, que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Projeto Básico (Anexo \_\_\_\_ do Edital de Pregão Eletrônico/Concorrência Eletrônica nº \_\_\_\_).

**Parágrafo Primeiro** – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

**Parágrafo Segundo** – Os bens cujos padrões de qualidade estejam em desacordo com a especificação do Projeto Básico/Termo de Referência e seus anexos deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	108
Rubrica	

**Parágrafo Terceiro** – Na hipótese de recusa de recebimento, por não atenderem às exigências do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá substituir quaisquer bens defeituosos ou qualitativamente inferiores, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não substitua os bens não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar o seu fornecimento às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO**

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO**

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas devidamente fundamentadas no processo administrativo de contratação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, o(a) \_\_\_\_\_ o órgão requisitante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/2021:

- (a) Advertência;
- (b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
- (c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
- (d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**Parágrafo Primeiro** – A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” observará os seguintes parâmetros:

- 1) 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 2) 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;
- 3) 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e
- 4) 0,1% (um décimo por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.
- 5) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

**Parágrafo Segundo** – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

**Parágrafo Terceiro** – As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

**Parágrafo Quarto** – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município de Maricá do ato que as impuser.

**Parágrafo Quinto** – As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

**Parágrafo Sexto** – Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

**Parágrafo Sétimo** – Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**Parágrafo Oitavo** – Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.



SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	109
Rubrica	

**Parágrafo Nono** – Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

**Parágrafo Décimo**– Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

**Parágrafo Décimo Segundo** – A aplicação das sanções estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do caput desta Cláusula é da competência do(a) [setor competente do órgão ou entidade contratante] e a alínea “e” é da competência exclusiva do titular do órgão ou autoridade máxima da entidade CONTRATANTE \_\_\_\_\_.

**Parágrafo Décimo Terceiro** – A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**Parágrafo Décimo Quarto** – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RECURSOS**

A CONTRATADA poderá apresentar:

- Recurso a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do caput da Cláusula anterior;
- Recurso a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- Pedido de Reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “e” do caput da Cláusula anterior;

**Parágrafo único** – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO**

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 529, do RGCAF, e no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo Primeiro** – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**Parágrafo Segundo** – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

**Parágrafo Terceiro** – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

**Parágrafo Quarto** – A multa referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

**Parágrafo Quinto** – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- a devolução da garantia;
- os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

SOMAR	
Processo nº	5905/2025
Data de início	01/07/2025
Folha	110
Rubrica	

**Parágrafo Sexto** – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

**Parágrafo Sétimo** – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – SUBCONTRATAÇÃO [SE COUBER]**

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

**Parágrafo Único** – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

**CLÁUSULA VISÉSIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos necessários à aquisição dos bens ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho \_\_\_\_, Código de Despesa\_\_\_\_\_, tendo sido empenhada a importância de R\$ \_\_, por meio da Nota de Empenho nº \_\_\_\_, ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– FORO**

Fica eleito o Foro de Maricá para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO**

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município, na forma do Decreto Municipal nº 78/2025, além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Município na forma da legislação aplicável.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em \_\_\_\_\_ ( ) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Maricá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Diretor de \_\_\_\_\_  
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

\_\_\_\_\_  
Representante Legal da Empresa contratada  
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

\_\_\_\_\_  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
Testemunha